

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Daniele de Freitas Schuster

O MITO DA IMPARCIALIDADE: A SUBJETIVIDADE  
MARCADA NA LINGUAGEM DA NOTÍCIA  
JORNALÍSTICA

Passo Fundo

2018

Daniele de Freitas Schuster

O MITO DA IMPARCIALIDADE: A SUBJETIVIDADE  
MARCADA NA LINGUAGEM DA NOTÍCIA JORNALÍSTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo

2018

Daniele de Freitas Schuster

**O mito da imparcialidade: a subjetividade marcada na linguagem da notícia jornalística**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Letras – Habilitação em Português, Inglês e Respectivas Literaturas, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Claudia Stumpf Toldo Oudeste – UPF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Patrícia da Silva Valério - UPF

Dedico este trabalho à minha família, aos amigos e aos colegas de trabalho que compreenderam a importância da pesquisa científica acerca de um tema ainda pouco debatido no cenário da formação de novos jornalistas e que impacta, diretamente, no exercício ético da nossa profissão. Em especial, minha dedicatória ao meu avô Francisco e à minha tia Arlete, que se despediram precocemente dessa existência, mas seguem, em outro plano, guiando e inspirando os meus passos.

Agradeço, inicialmente, aos meus pais, Sandra e Rogério, e ao meu irmão, Rodrigo, pelo irrestrito apoio e incentivo. Igualmente, sou muito grata ao meu esposo, Rafael, pela compreensão em todas as minhas ausências durante o período de dedicação à produção desta pesquisa e por estar sempre ao meu lado. Aos amigos e colegas que contribuíram, de uma forma ou de outra, com a realização deste trabalho, registro também os meus agradecimentos, assim como à professora Claudia Toldo, por toda a atenção e pelos ensinamentos compartilhados em cada orientação durante o percurso de construção desta monografia. Gratidão, enfim!

## RESUMO

A presente pesquisa busca evidenciar as marcas de subjetividade no texto jornalístico, adotando como materialidade linguística notícias jornalísticas de dois veículos de comunicação de Passo Fundo. O objetivo desta pesquisa é identificar como essas marcas, apresentadas pelas formas linguísticas, aparecem na construção do sentido do texto e perceber em que medida elas contribuem para a desconstrução do conceito de imparcialidade da notícia, conceito este validado pela Teoria da Comunicação. Para cumprir o propósito norteador da pesquisa, apresentamos um estudo bibliográfico acerca do percurso histórico do jornalismo, pontuando as teorias que embasam a necessidade de objetividade no texto até a estrutura e linguagem utilizadas na elaboração do texto jornalístico. Em um primeiro momento, o *corpus* é analisado a partir da Linguística do Texto, reconhecendo os mecanismos de referenciação e progressão referencial, com base em Ingedore Villaça Koch, e os fatores pragmáticos de textualidade, propostos por Maria da Graça Val. Posteriormente, no segundo capítulo, contrapomos o ideal de imparcialidade jornalística ao conceito de subjetividade, sob a perspectiva da Linguística da Enunciação, tendo como referencial teórico, principalmente, os estudos de Émile Benveniste. A partir disso, estudaremos, no mesmo *corpus* de análise, como as marcas de subjetividade aparecem no texto, estabelecendo um contraponto com a área de comunicação que traz a imparcialidade como critério fundamental de produção jornalística. As matérias escolhidas para a presente análise foram veiculadas pelos jornais impressos Diário da Manhã e O Nacional, periódicos que circulam no norte do Rio Grande do Sul, no dia 24 de março de 2018 e versam sobre o mesmo acontecimento: a (não) vinda da caravana de Lula à cidade de Passo Fundo.

**Palavras-chaves:** Imparcialidade; Jornalismo; Subjetividade; Notícia.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE IMPARCIALIDADE NO JORNALISMO.....	10
1.1. Uma breve história do jornalismo: o percurso que norteou seu desenvolvimento.....	10
1.2. Princípios norteadores da atuação jornalística: por que ser imparcial?.....	14
1.3. Critérios de noticiabilidade: o que vai para o jornal?.....	18
1.4. A estrutura da notícia e a linguagem jornalística.....	20
2. AS MARCAS DE SUBJETIVIDADE NO TEXTO.....	27
2.1. O surgimento de uma linguística da enunciação.....	27
2.1.1. Os estudos de Benveniste.....	31
2.2. Da subjetividade na linguagem.....	32
2.3. A desconstrução da imparcialidade.....	34
3. ANÁLISE.....	36
3.1. Análise descritiva.....	36
3.2. Análise enunciativa.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
ANEXOS	
ANEXO I – Matéria veiculada no jornal Diário da Manhã.....	53
ANEXO II – Matéria veiculada no jornal O Nacional.....	56

## INTRODUÇÃO

A imposição da imparcialidade como critério essencial para a credibilidade de um jornalista ou veículo de comunicação acena para uma pertinente discussão: como assegurar a objetividade de um texto? A resposta para esse questionamento, um dos pilares da presente pesquisa, passa por vertentes que tangem as teorias da área da comunicação, da Linguística Textual e da Linguística da Enunciação. O percurso teórico ao qual nos propomos para refletir acerca da construção da notícia jornalística contrapõe, essencialmente, os conceitos de imparcialidade e subjetividade.

Antes de entrelaçar os fios condutores que unem as áreas de Comunicação e Linguística, a contextualização acerca da construção e, principalmente, da consolidação de cada conceito em seu respectivo campo de atuação faz-se necessária. Por isso, no primeiro capítulo, abordaremos o referencial teórico que embasa a atuação jornalística, desde o surgimento da profissão, passando pelos critérios de noticiabilidade e as razões que justificam a busca constante pela neutralidade da notícia, até chegar à estruturação e à linguagem adotadas no exercício diário do fazer jornalístico. Incluímos, também, noções oriundas da Linguística Textual, que abarca o estudo de elementos de organização interna do texto, utilizando, como aporte teórico, os estudos de Ingedore Koch e de Maria da Graça Val acerca de mecanismos de progressão e referenciação textual e fatores de textualidade, respectivamente.

Tanto nos livros consultados, específicos da área de formação do jornalista, quanto no próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que norteia o exercício profissional no País, a orientação manteve-se: comprometimento com a verdade. O conceito de verdade, contudo, não fica claro: a quem se destina? Sob que perspectiva essa verdade é construída? Na ânsia de atender aos critérios exigidos pela rotina de produção de notícias, os jornalistas abraçam a proposta: entre uma seleção lexical e outra, nas entrelinhas de cada relato, almejam a utópica imparcialidade como ferramenta indispensável de trabalho. Ser neutro, no universo das redações, é sinônimo de competência.

A expectativa de transportar ao leitor uma história que reproduza a veracidade dos fatos apurados apoia-se nos mecanismos de organização textual. Com um texto coeso e coerente, que transita com facilidade entre anáforas e catáforas, o jornalista deseja cumprir seu papel de mediador entre mundo e sociedade da forma mais isenta possível – tão neutra a ponto de que o único elemento capaz de assinalar a presença de um sujeito seja a assinatura da



matéria na página do jornal. A tentativa é recorrente e, na percepção da maioria dos profissionais da área, passível de êxito.

Por sua vez, a Linguística da Enunciação, principalmente os estudos de Émile Benveniste, o teórico central desta pesquisa, apresenta um quadro, no mínimo, diferente do que o idealizado pelos estudiosos da Comunicação. Sob essa perspectiva, sujeito e língua são inseparáveis e o simples fato de um locutor assumir a palavra já assinala a subjetividade no texto. Um *eu* ao dizer *eu* já instaura um *tu* em um *aqui* e um *agora* e, conseqüentemente, constrói uma enunciação. Esse processo enunciativo, segundo Benveniste (2005), é caracterizado pela presença do sujeito, portanto, não há enunciado puro, neutro, objetivo. Essas noções serão apresentadas no capítulo dois, partindo de uma contextualização acerca dos primeiros estudos na área da Linguística, com Ferdinand de Saussure, através da publicação do Curso de Linguística Geral feito por seus alunos, até chegar às marcas de subjetividade na linguagem e, assim, assinalar a desconstrução do conceito de imparcialidade jornalística.

A comprovação de como esses elementos articulam-se no texto se dará pela aplicabilidade dos conceitos teóricos na materialidade linguística. Para isso, selecionamos duas notícias veiculadas nos jornais impressos de Passo Fundo/RS e que versam sobre o mesmo acontecimento: a (não) vinda de Lula à cidade em março deste ano. A maneira como os veículos locais repercutiram o fato no dia seguinte em suas edições servirá de parâmetro para, no capítulo três, analisar os textos em duas perspectivas: a descritiva e a enunciativa. Primeiramente, levaremos em conta aspectos da Teoria da Comunicação, como os critérios de noticiabilidade, e da Linguística Textual, avaliando a organização interna do texto. Em um segundo momento, destacando, pela ótica dos estudos benvenistianos, as marcas de subjetividade presentes na notícia.

Tanto a fundamentação teórica quanto a aplicação dos conceitos atendem a questão norteadora desta pesquisa e seus objetivos, formulados a partir da incoerência de exigir do profissional da comunicação uma característica incompatível com a produção noticiosa. Assim, nas páginas seguintes, demonstraremos a trajetória de consolidação do requisito de imparcialidade na prática jornalística, contribuindo para uma discussão acerca dos princípios exigidos nas redações dos veículos de comunicação, satisfazendo não apenas um questionamento individual - como jornalista graduada pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e que atua na imprensa local -, mas fomentando uma reflexão coletiva que, a cada dia que passa, faz-se ainda mais necessária no jornalismo contemporâneo.

## 1. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE IMPARCIALIDADE NO JORNALISMO

Esta seção destina-se a conceituar importantes teorias que fizeram parte da história do jornalismo e que contribuíram para a construção do conceito de imparcialidade na notícia veiculada pelos meios de comunicação. Ao longo dos séculos, o fazer jornalístico experienciou profundas transformações, impulsionadas, especialmente, pela evolução tecnológica dos meios de produção e pelas mudanças históricas e sociais. O processo de elaboração da notícia, principal gênero utilizado pelos jornais, também mudou: a estrutura e a linguagem remodelaram-se nos diferentes períodos, desde o ápice do sensacionalismo até a busca incessante pela imparcialidade. Para compreender esses dois momentos distintos e a recorrente demanda pela neutralidade do texto, recuperaremos, de forma resumida, a trajetória do jornalismo até os dias atuais, reconhecendo quais os princípios norteadores da profissão e os critérios de noticiabilidade, além de analisar, sob a ótica da linguística do texto, como a matéria jornalística é estruturada e que linguagem é privilegiada pelo jornalista ao reportar os acontecimentos do dia a dia. No tópico a seguir, veremos as principais características de cada período histórico e como o jornalismo se moldou às exigências para adequação a um novo formato.

### 1.1 Uma breve história do jornalismo: o percurso que norteou seu desenvolvimento

O modo atual do fazer jornalístico, com sua estruturação e linguagem específicas, é um reflexo da trajetória e, principalmente, das teorias que nortearam e que ainda norteiam o trabalho de jornalistas na produção noticiosa. Por isso, este tópico objetiva ilustrar o percurso feito pelo jornalismo ao longo dos séculos, evidenciando que a compreensão do processo de construção social do jornalismo dá-se por meio do reconhecimento de sua história, a partir dos seus primeiros registros informativos até o vigente formato de atuação nas redações midiáticas. Embora o século XIX seja datado como o período de maior desenvolvimento da imprensa e de expansão dos jornais - como veremos a seguir -, a necessidade de transmitir informações era uma demanda recorrente que remonta a uma época ainda mais longínqua. O mais antigo jornal de que se tem conhecimento, conforme dados da *Brazilian National Press Association*, surgiu por volta de 59 a.C., motivado pelo desejo do imperador Júlio César de manter a população romana informada acerca de fatores sociais e políticos de seu império,

incluindo julgamentos e execuções. O formato de divulgação, muito distinto do atual, consistia em grandes placas brancas que eram expostas em locais com intensa circulação de pessoas. A partir disso, o jornalismo, imbuído de seu caráter camaleônico, submeteu-se a uma jornada de sucessivas transformações, tendo como marco histórico a invenção da prensa gráfica por Gutenberg, por volta de 1450.

A ideia dos tipos móveis e a prática da impressão gráfica representaram o início de um novo momento para a comunicação. A invenção gutenberguiana, segundo Souza (2008, p.69), serviu como

uma resposta engenhosa às necessidades de assegurar às pessoas, que crescentemente usavam e admiravam o documento escrito, uma maneira de transmitir mensagens escritas fielmente, à distância, para um elevado número de indivíduos e a baixo custo.

Ainda, segundo o autor, essa tipografia serviu como alicerce para a consolidação de uma indústria rentável, em cujo seio emergiram os primeiros projetos industriais jornalísticos. Nos anos 1500, por exemplo, as publicações noticiosas ocasionais traziam como tema os naufrágios, descobrimentos, batalhas, celebrações, batizados, crimes, acordos de paz, entre outros temas.

Somente no século XVI, contudo, é que surgiram os primeiros exemplares eminentemente jornalísticos, ancorados no cenário político, econômico e social da Europa e no desejo cada vez mais latente da população por informação. De acordo com Souza (2008), as chamadas gazetas encontravam não apenas receptividade para circular na sociedade da época, mas também matéria-prima suficiente para sua produção. Os antigos livros noticiosos, que precederam o surgimento do jornalismo moderno, deram espaço para uma publicação periódica menos volumosa, com baixo custo e notícias mais atuais. Nos exemplares que se espalharam pelos países europeus, apesar de imprecisões informativas e da ausência de títulos e de referências a datas, as publicações evidenciavam a ambição pelo formato noticioso e a habilidade de seleção de conteúdos. O jornalismo noticioso é, portanto, “uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, com raízes remotas na antiguidade clássica e antecedentes imediatos na Idade Média e no Renascimento” (p.80). Isso mostra que a demanda por informação não é recente, pelo contrário: a necessidade de saber o que acontecia na sociedade remonta a épocas antigas, embora o modelo de produção e de veiculação dos conteúdos tenha mudado com o passar do tempo.

Posteriormente, no século XVIII, o jornalismo passou a sofrer a influência do Iluminismo, também designado como século das luzes, período no qual o sistema jornalístico é consolidado e ampliado graças à atmosfera de mudanças no mundo Ocidental, que só

ampliava a necessidade de informação por parte dos cidadãos. O velho continente concentrava as atenções do mundo: o número de jornais aumentou, assim como a frequência com que surgiam novos periódicos. A principal novidade no jornalismo europeu nesse século centrou-se, segundo Souza (2008, p.91), na gradual expansão da imprensa de partido - um modelo político e político-noticioso de imprensa. O formato incluía uma mescla de “notícias com artigos de opinião e análise e ainda com textos filosóficos, ideológicos e doutrinários e mesmo com textos literários, incluindo folhetins”. Souza ressalta, todavia, que a produção jornalística do século também compreendia exemplares com temática erudita e de difusão pública do conhecimento, econômicas, morais e de crítica social. Em outras palavras, o jornalismo europeu, na época, já permitia a coexistência de periódicos com divergentes linhas editoriais.

O florescimento do jornalismo nas Américas data do mesmo período histórico, ainda conservando uma indefinição quanto à função do jornalista. Conforme Souza (2008, p.97),

Em todo o caso, o jornalismo, naquele tempo, era essencialmente um produto concebido por donos de tipografias, auxiliados por noticiaristas contratados que, por vezes, também faziam trabalhos tipográficos. Não havia, assim, uma distinção formal evidente entre tipógrafos, editores e “jornalistas”. O “jornalista” era, essencialmente, um “cidadão que fazia notícias” ou, nos países mais livres, “um cidadão que escrevia sobre política”, não tendo direitos e obrigações diferentes dos restantes cidadãos.

Curiosamente, nesse cenário, a expansão do modelo britânico no qual grupos de cidadãos fundavam jornais políticos foi o embrião para a criação das futuras empresas jornalísticas e contribuiu para a profissionalização do ofício do jornalista, salientando a carência por uma diferenciação na atuação entre o meio jornalístico e o meio tipográfico. Justamente esse modelo, que se espalhou pelas colônias britânicas na América, assumia uma postura editorial política e noticiosa, incluindo artigos opinativos, anúncios, informação comercial e econômica. A mudança mais significativa ocorreu em 1776, com a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América e, conseqüentemente, com a aprovação de emendas constitucionais – cenário que propiciou ao país norte-americano, além de uma forte produção de conteúdos culturais, ser o berço das principais transformações que perpassarão o jornalismo nos séculos seguintes.

O século XIX trouxe um contexto assinalado, nas palavras de Souza (2008, p.103), por expansão e consolidação do capitalismo e da Revolução Industrial, ascensão educacional e social das populações, democratização da vida política, formação de grandes correntes ideológicas e transfiguração da imprensa e das relações entre jornalismo e política. O jornalismo de partido converteu-se “numa nova espécie de espaço público para a discussão

das ideias e ideologias, da governação e das políticas e para a arregimentação de partidários, sucedendo aos clubes de cavalheiros e cafés”. Em um segundo momento, a sociedade americana precisava de uma imprensa que pudesse oferecer eco os seus problemas e anseios, refletindo seus modos de vida e correspondendo às suas necessidades informativas. Com isso,

A aceleração dos fluxos noticiosos, suportada por infra-estruturas tecnológicas (telégrafo, telefone...) e dispositivos jornalísticos (agências de notícias...), bem como as necessidades sociais de informação criaram, assim, condições para o florescimento da imprensa popular noticiosa e da imprensa ilustrada, por um lado, e da imprensa económica e comercial, por outro. Com o triunfo da imprensa popular noticiosa, o jornalismo tornou-se, em parte, “uma sucessão convulsa de acções e acontecimentos, alheia ao tratamento grave e meticuloso das velhas causas defendidas pelos jornais de antigamente (García González, 1999: 89)” (SOUZA, 2008, p.103).

Com a expansão do direito ao voto, os partidos passaram a precisar cada vez da imprensa para se comunicar com os seus votantes, aprimorando técnicas de manipulação dos jornalistas que, por vezes ingênuos, eram dispostos a serviço dos interesses políticos. No final do século XIX, de acordo com Souza (2008), o comprometimento da relação entre políticos e jornalistas notabilizou casos de corrupção que marcaram a imprensa europeia e americana. É nesse contexto político e histórico que a imprensa se converteu no chamado “Quarto Poder”. Assim, esse ficou conhecido como o século que marca o ingresso da imprensa jornalística na contemporaneidade, visto que, no período desses cem anos, as inovações estruturais e no modo de trabalho e de prestação de informação modificaram o jornalismo.

Já ao final do século XIX, a popularização da imprensa, novamente nos Estados Unidos, propiciou o surgimento da imprensa popular de massas, financiada por empresas que ambicionavam, mais que o benefício político, o lucro económico. Esse modelo resgatou, de forma simultânea, as origens noticiosas e empresarias do jornalismo. Souza (2008) ressalta que, a partir disso, o jornalismo noticioso generalista começou a ser visto como uma especialidade técnica, incluindo os procedimentos de recolha, processamento e difusão de informações consideradas relevantes sob o ponto de vista social. Assim, os periódicos passaram a ser articulados com base na seguinte trilogia: em primeiro lugar, as notícias; em segundo, a opinião, a análise e o enquadramento; e, por fim, informação de serviços – hierarquização que, para Souza, ainda persiste como conteúdos dos veículos de imprensa.

As agências de notícias tiveram sua primeira aparição neste século, especialmente a partir da invenção do telégrafo, responsável por ressignificar a noção de atualidade. Uma rede de colaboradores e correspondentes foi lançada em território nacional pelos jornais, configurando os mercados internos da comunicação e acentuando o conceito simbólico da nacionalidade. De acordo com Souza (2008, p.111), “a proliferação da notícia que destronou o

artigo como género jornalístico dominante, promoveu uma distinção entre facto e comentário que alicerçou o conceito de objectividade jornalística”. Foi embasado nesse processo que os jornalistas introduziram determinados critérios profissionais para a construção da notícia, abandonando elementos que caracterizassem um estilo pessoal, emotivo ou até mesmo literário. Com isso, ganharam espaço os conceitos de *lead* jornalístico, técnica jornalística da pirâmide invertida, relatos factuais e procedimentos que assegurassem a objectividade do texto, garantindo, nessa época, a consolidação de saberes e competências jornalísticas que norteassem a profissão e reafirmassem seu papel para a construção de uma cultura e de uma ideologia de atuação.

Diante dessas informações, são válidos os questionamentos: a estruturação da notícia, a partir de determinada técnica, é suficiente para garantir a objectividade do texto? É possível que um jornalista, ao seguir um padrão estrutural de introdução na matéria, não seja subjetivo em seu relato? Primeiramente, antes de proceder com a busca por respostas a essas questões, faz-se necessário entender como o conceito de imparcialidade surgiu no jornalismo e os motivos que o tornaram uma obrigação profissional ao jornalista responsável por produzir a notícia, como demonstrado no tópico a seguir.

## **1.2. Princípios norteadores da atuação jornalística: por que ser imparcial?**

O entendimento de que o jornalista deve ser sempre imparcial em seu relato não surgiu de repente, mas foi reflexo das exigências atribuídas à profissão durante a sua trajetória de consolidação. Nesta seção, iremos transitar pelo cenário que propiciou o surgimento do conceito de imparcialidade e que, mais do que isso, consagrou-se nos manuais de redação como norma a ser seguida para se atingir a excelência do texto jornalístico.

A autonomia social do jornalismo, firmada a partir do século XIX, trouxe consigo a demanda pela objectividade jornalística. Na prática, esse novo momento surgiu logo após o triunfo da revolução burguesa, quando o jornalismo nos países europeus assumiu, segundo Melo (2006, p.37), duas faces distintas: “na França emergiu um jornalismo opinativo [...] predominando o fluxo da interpretação da realidade. Na Inglaterra, firmou-se um jornalismo objetivo [...] imperando o relato dos acontecimentos, isolado do comentário”. Aos ingleses, coube a expressão: “o comentário é livre, mas os fatos são sagrados” – o que, na avaliação de Melo, evidencia o carácter de neutralidade e de imparcialidade atribuído à informação, ao relato dos fatos, pois, “se os fatos são sagrados, o jornalista não deve interferir na sua

apresentação por meio da imprensa, cabendo-lhe o dever de reproduzi-los com fidedignidade, exatidão, precisão”.

Norte da atuação jornalística, a questão da objetividade imprime, no profissional da imprensa, a necessidade de que as percepções pessoais do jornalista não interfiram na captação nem na narração dos acontecimentos. Ainda conforme Melo (2006, p.38), “reproduzir o ideal, por intermédio da lente de aumento da imprensa, significa ser fiel aos acontecimentos, permitir que eles ganhem repercussão pública exatamente como ocorreram”. Essa postura, de permitir ao leitor o acesso à versão fidedigna do fato, representava, para os britânicos, um sinal de respeito ao público. Nesse sentido, há uma clara alusão a uma das teorias com a qual o jornalismo, ainda hoje, estreia laços: a Teoria do Espelho, difundida com base no positivismo de Auguste Comte, que reforça a necessidade do caráter imparcial da produção jornalística como fator determinante para sua qualidade. Datada de 1850, esta é uma das mais antigas teorias do Jornalismo. Os adeptos deste pensamento acreditavam que o texto noticioso deveria funcionar como um “reflexo no espelho”, passível de ser transcrito pelo jornalista com absoluta fidelidade aos fatos. Segundo lembra Castro (2012, p.5),

O jornalista seria um mediador desinteressado, um observador isento, imparcial, que descreveria objetivamente os fatos. O princípio básico seria a separação de fatos e opiniões. Pregava-se que a palavra poderia refletir a realidade, assim como a fotografia, recém-inventada. O Jornalismo usaria métodos científicos que evitariam a subjetividade.

Com o desenvolvimento dos estudos na área da comunicação, a Teoria do Espelho foi alvo de duras críticas, mas, mesmo nos dias atuais, seu pensamento sobrevive nas ilhas de redação das emissoras de rádio e jornais em todo o País. Ecoado como um senso comum, o clamor por imparcialidade não surge apenas de leitores, ouvintes e telespectadores, mas parte, inclusive, de editores que ainda defendem a possibilidade e a necessidade de elaboração de um texto absolutamente “neutro” – uma espécie de “Adão Mítico” jornalístico.

A primeira tentativa de conceituar o processo de produção da notícia colocava o jornalista como um comunicador desinteressado, ou seja, alguém sem a intenção de defender um ideal específico, o que poderia desvirtuá-lo do propósito de exercer seu ofício de informar e buscar a “verdade”. Nelson Traquina (2005, p.146) salienta o papel do profissional da imprensa sob a ótica da Teoria do Espelho. De acordo com ele,

De fato, o poder do mítico tem envolvido a profissão de jornalismo de tal maneira que muitas vezes os jornalistas são apresentados como os Davi da sociedade matando os Goliath – uma forma não menos poética de conceber o jornalismo como um *contrapoder*, como é explicitamente conceituado pelos teóricos da democracia, e seu produto é apresentado como sendo uma transmissão não expurgada da realidade, um *espelho*.

Ancorado nessas concepções, o jornalismo passou a vender jargões como “jornalismo verdade” como garantia de qualidade e credibilidade para os veículos de comunicação. Na análise de Melo (2006, p.39), “[...] a objetividade converteu-se em sinônimo de verdade absoluta”. Para entender melhor esse processo é preciso, contudo, resgatar historicamente como a noção de objetividade ganhou força no início do século XX. Foi justamente nesse período que a chamada doutrina da objetividade ganhou forma no jornalismo norte-americano como um movimento de resgate aos valores considerados inerentes à atuação jornalística, uma espécie de repúdio ao sensacionalismo que norteou o funcionamento de grandes jornais no auge do mercantilismo.

Ao final do século XIX, na ânsia por obter mais lucro com a venda de jornais e angariar mais leitores, o relato fidedigno dos fatos deixou de ser o referencial na produção noticiosa. Acontecimentos eram forjados ou gerados de forma artificial, tudo em prol da hegemonia jornalística. Calúnias, deturpações e ofensas aos cidadãos eram propagadas sem restrições. O novo aspecto da imprensa, dando ênfase às histórias sentimentais e de crimes, gerou “o que se chama de imprensa sensacionalista – competitiva, voltada para a coleta de informações a qualquer preço e, eventualmente, mentirosa” (LAGE, 2003, p.14). Atualmente, ainda é possível perceber esse tipo de atuação jornalística em veículos cuja linha editorial acena, por exemplo, para a exploração da dor ou da tristeza, como nos casos de morte – um dos critérios de noticiabilidade que veremos mais adiante. Para quem se identifica com essa forma de produção noticiosa, é válido inventar fatos ou distorcer, propositalmente, os acontecimentos narrados com a justificativa de obter mais audiência. Diante disso, nossa questão de pesquisa se coloca mais uma vez: de que objetividade se trata no texto jornalístico?

A reação ao sensacionalismo veio a partir de instituições comunitárias e associativas da época, que coordenaram um movimento de “restauração da dignidade no exercício do jornalismo e pelo combate ao sensacionalismo e à ‘fabricação’ de notícias” (MELO, 2006, p.42). Foram os dois os mecanismos utilizados: a expansão do número de escolas para formação de jornalistas mais responsáveis e a criação de um código de ética que nortearia a profissão. O principal objetivo do movimento era resgatar o comprometimento do jornalismo com a verdade e é justamente nesse contexto que a bandeira da objetividade se ergue como um dever jornalístico: ser fiel à realidade. De acordo com Lage (2003, p. 15), “o conceito de imparcialidade nasce, portanto, do esforço para superar o sensacionalismo”. Em outras palavras, a busca por um relato objetivo por parte do jornalista emergiu da necessidade de combater as falsas notícias.



Com o tempo, a objetividade, aqui percebida como a possibilidade de apresentar as informações sem interferências de qualquer tipo, vestiu a roupagem de uma doutrina. Segundo Melo (2006, p. 43), ela deixou de ser um “compromisso ético” e tornou-se um “receituário de ação”. Com isso, “operou-se um reducionismo instrumental, convertendo-se a objetividade em norma, padrão de atuação profissional”. O movimento obrigou os jornais norte-americanos a mudar seu modo de fazer jornalismo e buscar novas diretrizes. A objetividade jornalística passou a figurar nos manuais de redação dos principais jornais e a atribuir valores como a honestidade à produção noticiosa. O questionamento, nesse ponto, se torna inevitável: qual é a versão correta dos fatos?

Segundo Robert Cirino, citado na obra de Melo (2006, p.40), frente à impossibilidade de isolamento do fato de suas versões, a objetividade só poderia ocorrer “se os proprietários dos meios de comunicação assegurassem “igual oportunidade” para a manifestação de todos os “pontos de vista” ou de todas as “tendências” possíveis na configuração de um fato”. Já para Clóvis Rossi, referido na mesma publicação, o papel da imprensa, pelo menos em tese, seria o de “colocar-se numa posição neutra e publicar tudo o que ocorresse, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões” (p.39). Sob essa perspectiva, a articulação do texto deveria apenas ser uma ferramenta neutra para dispor as informações acerca do fato, não cabendo ao jornalista o papel de emitir opiniões ou assinalar sua “presença” no texto. Contudo, vale a reflexão: se é o próprio jornalista o responsável por fazer as escolhas lexicais e as combinações sintáticas, se é ele quem decide qual o melhor “fio condutor” para desenrolar a notícia e sob qual ponto de vista ela será contada, como a subjetividade não estaria marcada no texto?

O culto à objetividade tornou-se uma espécie de camisa-de-força para a atuação dos jornalistas que, no papel de agentes sociais, são responsáveis por observar a realidade e mediar o contato do público leitor com o acontecimento. No jornalismo contemporâneo, a objetividade está mais atrelada à pluralidade na observação do fato e no relato feito pelo jornalista, ou seja, ouvir diferentes fontes e vozes ao produzir a notícia. Para Melo (2006, p.49), isso corresponde, em síntese, “a assegurar que os acontecimentos sejam captados e reproduzidos sob diferentes ângulos, gerando distintas versões, honestamente registradas pelos seus protagonistas privilegiados – os jornalistas profissionais”. O ato de noticiar será, portanto, ancorado no que o autor chamará de três valores de mediação jornalística: veracidade, clareza e credibilidade. Melo afirma que o modo pleno de exercer a objetividade em sociedades democráticas só se dará quando houver assegurada a pluralidade dos canais de expressão jornalística.

Atualmente, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros determina, no capítulo I, artigo 2º, parágrafo II, que “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público”. O propósito é reforçado também no Capítulo II, artigo 4º: “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”. Ou seja, a noção de “verdade” também está presente no documento que norteia a atuação profissional no Brasil. Além do compromisso de representação da realidade como ela é - um fazer diário no ofício jornalístico em busca da neutralidade do relato -, o profissional que atua na imprensa também se depara com outras tarefas não menos desafiadoras: a decisão sobre o que é e o que não é notícia – os chamados critérios de noticiabilidade, que serão elencados no tópico seguinte.

### **1.3. Critérios de noticiabilidade: o que vai para o jornal?**

Desde o surgimento do jornal<sup>1</sup>, passando pelo seu processo de consolidação como meio de comunicação periódico até os dias atuais, existe o dilema: a necessidade de escolher quais, entre um vasto número de acontecimentos, merecem espaço de divulgação. Aqui, a proposta é descrever quais são os critérios que determinam se uma notícia será ou não publicada pela imprensa. Esses critérios serão explicados de forma detalhada mais adiante, mas, desde já, podemos deixar o questionamento: a aplicação de um critério para decidir o que é notícia já não parte de uma escolha do sujeito, portanto, subjetiva?

Inicialmente, nos séculos passados, o aumento no volume de notícias pôde ser absorvido devido à ampliação da capacidade informativa dos jornais, com edições mais volumosas, letras menores e páginas maiores. A periodicidade dos jornais também mudou, deixando de ser semanal para se tornar quase diária. Já no século XIX, segundo Kunczik (2002, p.220) “a seleção de notícias piorou devido a avanços tecnológicos como o telégrafo e a inauguração das agências de notícias, daí resultando em um crescente desequilíbrio entre a notícia disponível e a notícia utilizável”.

Outro fator que contribuiu para a necessidade de selecionar assuntos e conteúdos foi o aumento do índice de atualidade da notícia. De acordo com Kunczik, para se ter uma ideia,

---

<sup>1</sup> Embora não haja consenso entre os pesquisadores sobre uma data específica para o surgimento dos primeiros periódicos, os séculos XVI e XVII são conhecidos como a época de consolidação da produção noticiosa na Europa, especialmente no período após a invenção da prensa por Gutemberg.

em 1622, cerca de 75% das notícias já datavam de mais de duas semanas enquanto que, em 1905, mais 90% das notícias haviam ocorrido no dia anterior. Na segunda metade do século XIX, com os avanços da tecnologia e na organização institucional dos veículos de comunicação no que tange a produção de notícias, a densidade tópica aumentou consideravelmente – o que impactou não apenas na “maior sincronização entre a ‘realidade do acontecimento’ e a ‘realidade editorial’ como também produziu uma mudança na consciência temporal”.

Cerca de um século depois da *Teoria do Espelho* surgiu, então, a *Teoria do Gatekeeper*, a partir da publicação do estudo de David Manning White, nos Estados Unidos. A conclusão de White foi a de que esse jornalista *gatekeeper*, o “porteiro”, tomaria a decisão sobre o que deveria ou não ser publicado a partir de seus próprios juízos de valor. Um dos principais estudiosos que analisa os critérios de noticiabilidade, Nelson Traquina (2005), pontua que, para que a informação fosse publicada, ela deveria passar pelos filtros subjetivos e arbitrários do próprio *gatekeeper*, que levava em conta suas experiências particulares e expectativas para fazer essas escolhas.

No jornalismo contemporâneo, os processos de seleção de notícias, de acordo com Kunczik (2002, p.235), “podem ocorrer em diversos níveis e em várias vezes, quer seja pelo repórter, pelo editor ou pelo empresário”. Eles são necessários para restringir o volume de informações e selecionar quais assuntos pautaram a edição do dia seguinte do jornal. Logicamente, a decisão de publicar determinada matéria implica na “supressão” de outra: diariamente, as notícias são publicadas ou rejeitadas. Variantes como o valor informativo, o interesse público e também o tamanho (espaço disponível) do jornal são considerados nesse processo de seleção. Kunczik alerta, ainda que “a pressão do tempo e a falta de espaço são mecanismos decisivos na seleção externa, que em certos momentos podem constituir critérios mais importantes que o conteúdo”.

O conceito de noticiabilidade é definido, conforme Traquina (2005, p.63), como “um conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico”. Na obra *Teorias do Jornalismo I*, o autor elenca o que ele define como valor-notícia - critérios que conduzem o dia a dia do fazer jornalístico. O primeiro deles é a **morte**, um dos mais importantes. Conforme o autor, “onde há morte, há jornalistas” (p.79), já que esse é um acontecimento que desperta o interesse do público. O segundo critério é o da **notoriedade**, relativo à relevância do papel que o sujeito ocupa na sociedade ou o quanto as suas decisões interferem na vida pública. Aqui, temos o caso das notícias acerca de chefes políticos, donos de grandes empresas, etc. Traquina pontua que “é fácil visualizar este valor-

notícia ao ver a cobertura de um congresso partidário e a forma como os membros da tribo jornalística andam atrás das celebridades políticas”.

A **proximidade** é outro critério citado por Traquina como valor-notícia – considerado fundamental na cultura do jornalismo e, até mesmo, um dos mais importantes na hora de eleger quais matérias serão publicadas. O conceito não está relacionado somente à questão geográfica, mas, principalmente, à proximidade social com determinada pauta. Com o acesso a informação tão facilitado nos dias atuais, o valor-notícia **relevância** também assume papel significativo na seleção das pautas. De acordo com Traquina (2005, p.80), “este valor-notícia responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas”. Em outras palavras, esse critério tem a ver com o impacto que a notícia pode causar na vida das pessoas.

Na sequência, Traquina apresenta o valor-notícia **tempo** e que pode ser usados de três modos distintos: a notícia abordada por sua atualidade, por fatos do passado resgatados devido a sua relevância e pela sua longevidade. Dentro desse critério, o autor destaca o conceito de novidade, enfatizando o universo jornalístico demonstra muito interesse pela primeira e pela última vez. Já a **notabilidade** diz respeito à qualidade atribuída a uma notícia de ela se tornar visível, por exemplo, quando um acontecimento envolve um grande número de pessoas ou é considerado raro, atípico. Por fim, Traquina destaca o **conflito** como outro valor-notícia, que abrange os acontecimentos nos quais ocorre violência física ou simbólica e que ganha espaço por seu caráter de ruptura social.

Considerados todos esses aspectos, podemos perceber que a noticiabilidade no jornalismo contemporâneo responde a uma sequência de critérios estabelecidos pela literatura e que atuam para levar ao público leitor a melhor seleção possível de conteúdos. Com as escolhas feitas, inicia a etapa seguinte: o processo de estruturação da notícia e, conseqüentemente, de construção da linguagem que será adotada para reportar cada história. A seguir trazemos uma reflexão acerca da organização interna do texto, observando a estrutura da notícia e um questionamento sobre a linguagem jornalística: existe uma linguagem jornalística ou o que temos é um uso específico da língua na organização da notícia?

#### **1.4. A estrutura da notícia e a linguagem jornalística**

Esta seção vai tratar da estrutura da notícia, tendo presente o texto e sua organização interna. No jornalismo moderno, a definição da notícia, em termos estruturais, é “o relato de

uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 2003, p.16). Até chegar ao formato atual, a codificação dos textos das notícias passou por cinco fases distintas, acompanhando também as mudanças históricas. Conforme Lustosa (1996), é somente na quarta delas, a partir da década de 30, com o começo da Era Vargas, que são implantadas técnicas mais modernas de construção da notícia: matérias mais enxutas, mais precisas e com menos adjetivação.

Desde 1950, o Brasil adotou uma técnica de produção da notícia na qual o elemento essencial é o *lead*, também chamado de lide. Até hoje, ele está institucionalizado nos manuais de redação dos grandes jornais e é a prática comumente ensinada nos centros acadêmicos durante a formação de novos jornalistas. De forma resumida, o lide consiste no parágrafo inicial da matéria que deve contar a resposta para seis perguntas fundamentais: o que, quem, onde, quando, como e por quê. Com isso, “o repórter passou a produzir textos padronizados, a partir de um modelo de formulação que não permitia a manifestação de comentários pessoais” (1996, p.71-72). A instituição do lide, portanto, representou a solução ideal para a homogeneização do texto jornalístico.

Além da resposta às perguntas básicas, a fórmula indicava outras exigências para assegurar a elaboração de um bom texto jornalístico: o uso de ordem direta (sujeito, predicado e objeto), evitando ao máximo a ordem indireta e, assim, apresentando ao leitor a informação com a maior clareza possível. De acordo com Lustosa, há ainda outros quatro elementos essenciais que devem constar na matéria, sendo eles a objetividade, a clareza, a concisão e a precisão. Nesse sentido, Lage (2003, p.25) aponta que “conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou ou confessou*”. Da mesma forma, mais do que ser verdadeiro, é necessário também parecer, ou seja, nada de referências imprecisas ao informar. O jornalista deve evitar ao máximo escrever que “algumas pessoas” participaram do evento, mas sempre indicar de forma precisa “15, 50, 100 pessoas”.

Apesar de priorizar a informação e atender aos requisitos estruturais, o texto precisa ser criativo, sob o risco de não despertar o interesse do leitor. Além disso, Lustosa (1996, p.85) indica que “a matéria terá de contar também com alto grau de comunicabilidade”, ou seja, a habilidade de um texto com certo grau de complexidade ser compreendido pelo maior número possível de leitores. A produção jornalística está intimamente ligada com a competência do veículo de comunicação, pois, mesmo diante de um forte aparato tecnológico, isso de nada adianta se o principal produto, a matéria, não tiver boa qualidade e, conseqüentemente, não for aceito pelo público.

Outro elemento importante destacado por Lustosa (p.87) no texto jornalístico é a redundância, determinada pela temporalidade do acontecimento.

Quando o indivíduo se lembra de algo que leu num livro e tem dúvidas, vai à estante e pega a obra de novo, confere tudo e resolve o problema. Quando isto ocorre com uma matéria que saiu no jornal, não há como recuperar a informação porque raramente são guardados os jornais velhos. É por isso que o jornal está sempre repetindo as informações básicas de matérias publicadas no dia anterior, acrescentando poucos dados novos.

De posse de todas as informações necessárias e com a notícia elaborada, é hora de definir a manchete. Ela “constitui um elemento fundamental para a composição do quadro geral da estética e do conteúdo do material informativo” (LUSTOSA, 1996, p.149). Além de ser atrativa, a manchete deve conter uma ideia geral das informações que serão trazidas na matéria, sempre a antecedendo e funcionando como um título que vai despertar a curiosidade do leitor para o texto. Ela possui duas funções: a informativa e a estética. Por esses elementos, a titulação é também considerada uma arte, pois exige do jornalista um amplo conhecimento da língua e a habilidade de substituir palavras com significados semelhantes para enxugar a manchete o máximo possível. No jornal impresso, também há o recurso da linha de apoio, que irá trazer, de forma breve, logo abaixo da manchete, informações que constam na matéria e que permitem ao leitor, somente a partir da leitura desses dois itens, identificar o principal assunto do qual trata a notícia.

A linguagem utilizada pelo jornalista precisa, simultaneamente, respeitar a homogeneidade do público leitor sem se descuidar do tipo de registro mais adequado para cumprir aquele propósito comunicativo. Conforme Lage (2002, p.37), “do ponto de vista da eficiência da comunicação, o registro coloquial seria sempre preferível”. Isso porque ela é mais acessível ao público com menor escolaridade e torna a leitura mais fluida e mais dinâmica mesmo àqueles que estão familiarizados com a linguagem mais formal. Contudo, a pressão social prioriza o uso do registro formal e assimila como erro qualquer desvio que fuja a esse padrão.

Por ser referencial, a comunicação jornalística utiliza, de forma quase obrigatória, a terceira pessoa. Segundo Lage (2002, p.39), essa “exigência é marcante em português, língua em que a impessoalidade se marca por pronome oblíquo (*se*) que não se confunde com forma de tratamento [...]”. Na linguagem jornalística, o texto é produzido por um emissor visando um grande número de receptores. Como desconhece o perfil desses receptores, o jornalista deve, conforme Lage, evitar o uso de adjetivos testemunhais e aferições subjetivas. “A norma

é substituir tais expressões por dados que permitam ao leitor ou ouvinte fazer sua própria avaliação” (p.40), o que atribuir caráter de objetividade ao texto.

Todos os elementos acima são orientações pontuais nos manuais de redação jornalística e algumas especificidades podem variar, por exemplo, na construção de notícias para o rádio ou para a televisão. Cada meio de comunicação tem características particulares na estruturação da notícia, mas, em linhas gerais, a linguagem jornalística obedece a princípios comuns, primando, de acordo com os critérios de noticiabilidade citados anteriormente, a objetividade do relato e o caráter informativo da matéria.

Neste estudo, interessa-nos observar o texto escrito e, como já dissemos anteriormente, sua organização interna. A compreensão do fenômeno de elaboração de textos escritos passa diretamente pelo entendimento de quais são as características da organização desse texto. Maria da Graça Costa Val<sup>2</sup> (2004, p.3) define o texto como “ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de uma unidade sociocomunicativa, semântica e formal”. Conforme a autora, ele é uma unidade de linguagem em uso, que irá cumprir um papel dentro de determinado contexto de comunicação. Tanto a produção quanto a recepção de um texto possuem uma série de fatores pragmáticos que são determinantes para a construção do seu sentido e que variam de acordo com a situação de uso. Sobre isso, Val pontua que

O contexto sociocultural em que se insere o discurso também constitui elemento condicionante de seu sentido, na produção e na recepção, na medida em que delimita os conhecimentos partilhados pelos interlocutores, inclusive quanto às regras sociais da interação comunicativa (2004, p.4).

Todo texto, por sua vez, constitui uma unidade semântica, ou seja, de sentido. Essa é outra propriedade básica do texto e está muito atrelada à coerência, como veremos adiante. Ele também possui como característica uma unidade formal, materialmente estruturada de modo que suas partes estabelecem um todo significativo, o que está relacionado à coesão. Assim, são três os aspectos que, de acordo com Val (2004), são avaliados para que o texto seja bem compreendido: a) o pragmático, b) o semântico-conceitual e c) o formal. A textualidade, ou seja, “o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases” (VAL, 2004, p.5), é assinalada por alguns fatores, sendo eles a coerência e a coesão, do ponto de vista material conceitual e linguístico,

---

<sup>2</sup> Professora graduada em Letras, com Mestrado na área de Linguística do Texto e Doutorado em Educação. Pesquisadora da área de linguística, especificamente nos estudos que envolvem os fatores da textualidade.

e a informatividade, a aceitabilidade, a intencionalidade, a situacionalidade e a intertextualidade, relativos aos fatores pragmáticos envolvidos na situação sociocomunicativa.

Primeiramente, a coerência, como já mencionado anteriormente, está relacionada a construção de sentido do texto. Esse elemento envolve aspectos cognitivos, uma vez que depende da compatibilidade entre o conhecimento de mundo dos seus interlocutores, o que no texto jornalístico é fundamental. De acordo com Val (2004, p.6), essa é uma questão fundamental, pois “o texto não significa exclusivamente por si mesmo. Seu sentido é construído não só pelo produtor como também pelo receptor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação”. A coesão, por sua vez, é “a manifestação linguística da coerência” (VAL, 2004, p.6), oriunda do modo com as relações subjacentes e os conceitos são dispostos na superfície do texto. Ela é construída por meio de mecanismos lexicais (reiteração, substituição e associação) e gramaticais (artigos, elipse, concordância, pronomes anafóricos, conjunções, etc.). Ambas, coerência e coesão, têm a característica de estabelecer uma inter-relação semântica entre os elementos discursivos, garantindo a conectividade textual.

No que diz respeito aos fatores pragmáticos, a intencionalidade concerne “ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa” (VAL, 2004, p.10). A aceitabilidade, por sua vez, está relacionada à expectativa de quem recebe o texto: de que ele seja coerente, coeso, relevante e útil, e capaz de levar conhecimento ao leitor. O terceiro fator é a situacionalidade, relacionado à pertinência e também à relevância do texto dentro do contexto em que está inserido – a adequação à situação sociocomunicativa. Conforme Val (2004, p.13), “a conjunção desses três fatores já mencionados resulta numa série de consequências para a prática comunicativa”, tais como a noção de coerência pragmática e a existência de diversos tipos de discurso.

A informatividade é outro fator pragmático de textualidade, referente ao quanto as ocorrências do texto são ou não esperadas pelo leitor. Quanto menos previsível for o discurso, maior a informatividade. No entanto, se o texto for totalmente inusitado e, conseqüentemente, não for compreendido pelo receptor, ele tende a ser rejeitado. Segundo Val (2004, p.14), “o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade, no qual se alternam ocorrências de processamento imediato [...] com ocorrências de processamento mais trabalhoso”. Por fim, o fator da intertextualidade corresponde ao diálogo que o texto estabelece com outros textos. No caso dos jornais, salienta a autora, há notícias que requerem o conhecimento de outras matérias ou outros discursos já divulgados.



Ainda, na perspectiva da Linguística do Texto, as estratégias de referenciação, estudadas por Koch e Elias (2012), também são pertinentes para analisar os mecanismos internos de construção de um texto. Segundo esses autores, há duas formas de designar os processos de introdução de referentes textuais, sendo elas a ativação ancorada e a ativação não-ancorada. “Tem-se uma ativação ancorada sempre que um novo objeto de discurso é introduzido no texto, com base em algum tipo de associação com elementos já presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo” (KOCH e ELIAS, 2012, p.127). Já a não-ancorada se dá “quando um objeto de discurso totalmente novo é introduzido no texto”. Essas ativações ocorrem, respectivamente, por meio de anáforas e catáforas.

A anáfora é o mecanismo linguístico por meio do qual se aponta ou remete para elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir deste. Comumente, reserva-se a denominação de anáfora à remissão para trás (por ex., Paulo saiu; *ele* foi ao cinema) e de catáfora à remissão para frente (por ex., Só quero *isto*: que vocês me entendam) (KOCH e ELIAS, 2012, p.127).

O uso da introdução ancorada, por exemplo, é extremamente recorrente nos textos. De acordo com Koch e Elias (2012, p.129), pode-se incluir, nesse uso, as chamadas nominalizações ou rotulações, “quando se designa, por meio de sintagma nominal, um processo ou estado expresso por uma proposição ou proposições precedentes ou subsequentes no texto”. Em outras palavras, esse fenômeno ocorre quando uma expressão nominal encapsula elementos mencionados anteriormente no texto. Dentro das estratégias de referenciação, há, ainda, a retomada, que é “a operação responsável pela manutenção em foco [...] de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, que são responsáveis pela progressão referencial do texto” (2012, p. 131). Essas cadeias são fundamentais para a organização do “tecido” do texto, manifestado em sua coesão e coerência.

De forma resumida, as principais estratégias de referenciação textual são: o uso de pronomes ou outras formas de valor pronominal, o uso de expressões nominais definidas e o uso de expressões nominais indefinidas. Os mecanismos de retroação e prospecção são as bases para a elaboração de um bom texto jornalístico, que precisa abarcar essas estratégias para evitar que a notícia fique repetitiva e, conseqüentemente, desinteressante para o leitor. Ancorada na Linguística do Texto, a notícia jornalística apresenta esses recursos de referenciação e de progressão referencial, conforme será apresentado na análise do capítulo três.

Contudo, antes de entrar propriamente no *corpus* linguístico, propomos a seguinte reflexão: a utilização de todos os mecanismos de organização interna que visam à produção

de um bom texto é suficiente e/ou capaz de assegurar a sua neutralidade? O cumprimento dos fatores de textualidade garante a possibilidade de um relato imparcial no texto jornalístico? Esses questionamentos serão abordados no capítulo seguinte, cujo embasamento teórico se dá pela Linguística da Enunciação, proposta por Émile Benveniste, e seu conceito de subjetividade na linguagem.

## 2. AS MARCAS DE SUBJETIVIDADE NO TEXTO

A partir das questões propostas ao final do capítulo um e com o propósito de evidenciar os elementos que caracterizam a subjetividade no texto, abordaremos, neste capítulo, os principais conceitos da Linguística da Enunciação, desde as contribuições sobre a noção de língua e de signo de Ferdinand de Saussure até a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, autor do capítulo que discorre especificamente sobre a subjetividade na linguagem. Para isso, faremos o reconhecimento das marcas de subjetividade textuais, que embasam a inexistência de imparcialidade no texto jornalístico – conceito desconstruído pelos estudos benvenistianos. No primeiro tópico, há o destaque para as principais contribuições de Saussure, Bally e Jakobson, teóricos da enunciação, ilustrando o percurso até a chegada em Émile Benveniste com sua Linguística da Enunciação, principalmente os estudos apresentados no seu célebre texto “Da subjetividade na linguagem” datado de 1958, quando explica a sua teoria do sujeito.

### 2.1. O surgimento de uma linguística da enunciação

Antes de apresentar, propriamente, a Linguística da Enunciação, que pautará a análise do capítulo seguinte, procederemos com um breve resgate sobre o surgimento da Linguística e as contribuições dos principais linguistas que precederam a obra de Émile Benveniste – cujos estudos norteiam o objetivo da presente pesquisa. O primeiro grande nome que emerge ao falarmos em Linguística é o de Ferdinand de Saussure (1857-1913), especificamente da obra póstuma *Curso de Linguística Geral* (CLG), organizada por alunos que assistiam a suas palestras e publicada pela primeira vez em 1916. A publicação contextualiza o surgimento da linguística, conceituando o seu objeto de estudo e introduzindo a noção de signo, composta pelo significante e significado.

Nesse momento, interessa-nos resgatar apenas alguns princípios fundamentais da teoria saussuriana. O primeiro deles é que, segundo Saussure (2012, p.39), “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto [...]”. Em outras palavras, o linguista está afirmando que o mesmo significante – a palavra “casa”, por exemplo – pode remeter a diferentes significados, dependendo de quem a ouve e dos referenciais que esta pessoa possui acerca do objeto. Essa constatação, se aplicada ao

universo jornalístico, já é um indicativo da impossibilidade de um relato imparcial: a história sempre será contada por um ponto de vista, responsável por criar o objeto.

O segundo aspecto a ser considerado é a definição de um objeto de estudo para a Linguística. Imbuído desse propósito, Saussure, no CLG, (2012, p.41) destaca que é preciso não confundir língua com linguagem: a língua é “somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente”, também considerada “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias”, que permite o exercício dessa faculdade entre os membros de uma dada sociedade. A linguagem, por sua vez, é caracterizada como “multiforme e heteróclita”, pertencendo, simultaneamente, ao domínio individual e ao social. Em seus estudos, Saussure também atenta para a necessidade de separar a língua da fala, e, assim, “separa-se, ao mesmo tempo: 1º - o que é social do que é individual; 2º - o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental”. Nesse sentido, o linguista irá propor, em sua obra, a ideia de distinguir uma linguística da língua de uma linguística da fala.

Outra contribuição importante de Saussure ao campo da Linguística é o princípio do signo linguístico, englobando a combinação de imagem acústica e conceito. Posteriormente, Saussure, a fim de dissipar ambiguidades, passará a designar os componentes do signo como significante e significado. O signo, por sua vez, possui duas características primordiais: primeiramente, a arbitrariedade. Conforme consta no CLG (2012, p. 108), “o laço que une o significante ao significado é arbitrário”, ou seja, a ideia de casa, por exemplo, não está ligada por uma relação motivada à sequência de sons c-a-s-a. Ela também poderia se representada pelo significante h-o-u-s-e, do inglês. A segunda característica é o caráter linear do significante, o que significa dizer que ele “a) representa uma extensão e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha” (SAUSSURE, 2012, p.110). Entende-se, assim, que a natureza auditiva do significante, por ser desenvolvida no tempo, de forma única, apreende dele as suas características.

Por fim, Saussure também pontua que um signo é aquilo que o outro não é. Com isso, compreendemos que a sinonímia perfeita não existe, mas, apenas, uma semelhança de significado. Sob essa perspectiva saussuriana, podemos usar como exemplo as expressões “bonito” e “lindo”: são signos diferentes e, portanto, remetem a significados diferentes. No jornalismo, esse princípio fica ainda mais evidente para ilustrar a própria subjetividade da linguagem – que será detalhada mais adiante.

Ainda dentro dos estudos da enunciação, o interesse pela área coloca o nome de Charles Bally, de acordo com Flores e Teixeira (2015, p.15), em dois lugares: “o de discípulo de Saussure e o de criador de uma nova estilística”. Como sucessor de Saussure na disciplina

de Linguística Geral na Universidade de Genebra, na Suíça, e organizador do *Curso de Linguística Geral*, Bally foi o primeiro linguista a construir um raciocínio voltado à enunciação e teve o pensamento saussuriano como constante referência em sua obra. Partindo do princípio de que “a linguagem é apta a expressar sentimentos e pensamentos” (p.16), Bally busca desenvolver justamente o que faltou a Saussure: uma linguística da fala. Assim como seu mestre, ele adota as distinções entre língua e fala, diacronia e sincronia, e paradigma e sintagma “conduzindo-as, como princípios metodológicos, a uma verdadeira abordagem da língua viva, no seu uso cotidiano e oral [...]” (FLORES; TEIXEIRA, 2015, p.16). Assim, seus estudos basicamente foram voltados ao uso da língua.

Com uma forte identificação com a estilística, os estudos de Bally nessa área foram considerados inovadores, exatamente porque trouxeram a inadequação das noções de “certo” e “errado” nos estudos da linguagem. A incompletude do sistema linguístico e sua transitoriedade compõem uma de suas principais teses. Conforme Flores e Teixeira (2015, p.17), “a partir da oposição saussuriana entre língua e fala, considera que a língua, como padrão linguístico, é base para o discurso, opondo a virtualidade da língua à realização da fala”. Bally adota a concepção de língua formulada no *Curso de Linguística Geral (CLG)*, mas a amplia, levando em conta a atividade do sujeito que fala. Temos aqui, novamente, outro indício da impossibilidade de um relato puramente objetivo. Pois,

Assim, se a estilística *estuda os fatos da expressão do ponto de vista de seu conteúdo afetivo, então a subjetividade*, pensada em termos de emotividade, está inscrita na língua e, em especial, na língua falada em situações concretas de comunicação (FLORES; TEIXEIRA, 2015, p.17).

A partir desse breve reconhecimento pelos estudos de Bally, é possível perceber que há, em sua obra, uma teoria da enunciação que, conforme Flores e Teixeira (2015), diferencia a manifestação do sujeito falante em categorias da gramática específicas, marcadas pela suposta presença no emprego das classes gramaticais. Em suma, a teoria de Charles Bally compõe o estudo da língua e do contexto linguístico. Retomando os conceitos de arbitrariedade e motivação, Bally, mais que referenciar formalmente Saussure, utiliza a obra saussuriana como fonte de inspiração para outras produções.

Outro nome importante que figura nos estudos da enunciação é o de Roman Jakobson, em cuja teoria faremos um recorte para analisar os aspectos que interessam ao objeto da presente pesquisa – especificamente a definição de *shifters* e de funções da linguagem. Jakobson incorporou de Saussure a noção de estrutura, que consta no *CLG* com o conceito de sistema. Segundo Flores e Teixeira (2015, p. 22), Jakobson considera falsa a proposição

saussuriana que vê a língua como um sistema que se opõe ao desenvolvimento histórico, “visto que exclui a função do tempo no momento presente da língua e, portanto, cria uma divisão errônea entre o passado e o presente da língua nos processos linguísticos”.

Considerado um dos primeiros linguistas a pensar sobre as questões de enunciação, Jakobson apresenta, por meio de sua teoria das funções da linguagem e do trabalho sobre os *shifters*, as primeiras sistematizações sobre o lugar do sujeito na língua. Na verdade, Jakobson retoma, em sua obra, o esquema do psicólogo alemão Karl Bühler - o primeiro a tratar das funções da linguagem. É no texto “Linguagem e Poética” que Jakobson apresenta as funções: emotiva, conativa, referencial, fática, poética e metalinguística<sup>3</sup>. A proposta de Jakobson nessa publicação era justamente demonstrar a importância da função poética da linguagem, projetando, conforme Flores e Teixeira, o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação. Em outras palavras, temos aí a possibilidade de escolha e de substituição dos termos (paradigma) e a de organizá-los sintaticamente (sintagma). A teoria das funções da linguagem pode ser considerada em sentido bem amplo no estudo da enunciação, já que

[...] subjaz a essa perspectiva a teoria da comunicação acompanhada de uma perspectiva de língua como código, questões essas ausentes das teorias de enunciação propriamente ditas. No entanto, não se pode negar que Jakobson é pioneiro na sistematização de um modelo que inclui a atividade da fala (FLORES; TEIXEIRA, 2015, p.24).

No entanto, a sistematização efetiva do trabalho enunciativo da linguagem de Jakobson se dá com o estudo dos *shifters*, que são os elementos do código que remetem à mensagem. Em sua estrutura há as seguintes possibilidades de configuração: a mensagem pode remeter ao código (Ex: tradução) ou a outra mensagem (Ex: o discurso citado), enquanto o código pode remeter ao código (Ex: o nome próprio) ou a outra mensagem (Ex: pronomes pessoais). Todas essas são relações ancoradas na teoria da Comunicação. Os *shifters*, para Jakobson, combinam as funções de símbolo e de índice – noções oriundas da classificação peirciana de signo. Conforme Flores e Teixeira (2015, p.25), “os pronomes pessoais são símbolos-índices em que o código e a mensagem se entrelaçam”. Nesse sentido, Jakobson pontua que há uma significação geral própria para os *shifters*, sendo que o “eu” designa o destinador e o “tu” o destinatário da mensagem. A distinção entre um *shifter* e um *não-shifter* se dá pela referência ou não à enunciação.

Por obviedade, a obra de Jakobson é muito mais densa e significativa do que o recorte apresenta neste tópico, cujo objetivo foi somente pincelar alguns estudos que antecederam a

---

<sup>3</sup> Tendo em vista que a presente pesquisa não pretende trabalhar com as funções da linguagem de Jakobson, não iremos abordá-las detalhadamente.

teoria que, de fato, interessa à nossa análise: a Linguística da Enunciação proposta por Émile Benveniste. A partir dos estudos do linguista, especificamente a noção de subjetividade na linguagem, como veremos na próxima seção, será possível estabelecer um contraponto ao conceito de imparcialidade apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa. Assim, no tópico a seguir, abordaremos os principais conceitos da obra benvenistiana e que caracterizam a sua teoria.

### 2.1.1 Os estudos de Benveniste

Com base nos estudos de Ferdinand de Saussure, considerando a dicotomia língua e fala, Émile Benveniste propõe a Teoria da Enunciação, que considera o homem na língua: a apropriação que se faz dela e o colocá-la em funcionamento. Essa noção é fundamental para compreender a teoria benvenistiana e, posteriormente, a construção da subjetividade na linguagem – que servirá de instrumentação teórica para a análise no capítulo três. Segundo Badke et al. (2015, p.20), “é um estudo que indica uma condição linguística cuja unidade é a frase, que tem a enunciação como objeto, e a intersubjetividade como fundamento”. Portanto, a cada novo discurso produzido, tem-se uma nova enunciação. Para representar esse processo enunciativo, Benveniste irá definir dois personagens essenciais: o *eu*, locutor, e o *tu*, alocutário – as pessoas do discurso.

Em sua obra *Problemas de Linguística Geral II*, no texto “O aparelho formal de enunciação” – originalmente datado de 1970, Benveniste (2006, p. 86) evidencia o quadro da enunciação, composto pelo *eu-tu-aqui-agora*. Assim, ilustra que

é preciso, então, distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de “indivíduos” que a enunciação cria e em relação ao “aqui-agora” do locutor.

Nesse cenário, o linguista também apresenta as categorias de pessoa e não pessoa. O *eu* e o *tu* são as pessoas do discurso, sendo que o *eu* é a pessoa que se enuncia e o *tu* é a pessoa a quem se enuncia. Há, nesse caso, a possibilidade de reversibilidade, visto que o *tu*, ao assumir a palavra, deixa de ser *tu* e passa a ser *eu*. A não pessoa, por sua vez, é o “ele”, ou seja, aquele de quem se fala e que, portanto, não participa do discurso.

A definição fundamental da enunciação, traçada por Benveniste (2006, p.82), é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. O processo de apropriação da língua é o fundamento do ato de enunciação, que implanta o outro diante de si. O “eu”, ao se enunciar, instaura obrigatoriamente o “tu” – ainda que esse alocutário não esteja

fisicamente presente no momento da enunciação (o aqui e o agora). Segundo Benveniste, a enunciação é um ato irrepitível, ou seja, mesmo que o discurso seja repetido – um “bom dia”, por exemplo – as circunstâncias de aqui e de agora são sempre únicas a cada nova enunciação.

A importância de Benveniste nos estudos da Teoria da Enunciação, de acordo com Flores e Teixeira (2015), deve-se ao fato que ele é o principal representante dessa linha de análise linguística.

Émile Benveniste talvez seja o primeiro linguista, a partir do quadro saussuriano, a desenvolver um modelo de análise especificamente voltado à enunciação. O lugar desse autor é singular no contexto histórico em que suas reflexões foram produzidas: o apogeu do estruturalismo nas ciências humanas como método rigoroso de análise de fenômenos antes excluídos da investigação científica (FLORES; TEIXEIRA, 2015, p. 29).

Nesse cenário, Benveniste se representa fiel ao pensamento de Saussure na medida em que conserva algumas concepções, como a de relação, signo e estrutura, distancia-se no ponto em que supõe sujeito e estrutura articulados – a noção do homem na língua. Não se pode esquecer, portanto, que Benveniste é um estruturalista, evidência que fica nítida em diversos textos publicados em suas obras *Problemas de Linguística Geral I e II*. Isso não significa, no entanto, que Benveniste seja um seguidor exato de Saussure, mas que adotará algumas noções saussurianas para desenvolver um pensamento diferenciado sobre a linguagem. O quadro da enunciação, as categorias de pessoa e não pessoa e a utilização dos pronomes são aspectos introdutórios e basilares para fundamentar a noção de subjetividade na linguagem – assunto que será abordado no próximo tópico.

## 2.2. Da subjetividade na linguagem

Publicado originalmente em 1958, na obra *Problemas de Linguística Geral I*, o texto “Da subjetividade na linguagem” reafirma o caráter constitutivo da linguagem. É nesse capítulo específico que Émile Benveniste (2005, p. 286) irá definir o conceito de subjetividade como “a capacidade de o locutor se propor como sujeito” e essa constituição se dá “na linguagem e pela linguagem”. A subjetividade, pois, é vista como a capacidade do locutor de se colocar na situação de sujeito, cuja consciência de si mesmo só pode ser experimentada pelo contraste: eu/tu. Assim, Benveniste coloca a reciprocidade como condição essencial para que o diálogo se estabeleça, ou seja, para que haja um *tu* na alocação daquele que se designa como *eu*.

De acordo com Benveniste, a linguagem é possível sob a justificativa de que cada locutor se apresenta como sujeito, colocando-se como *eu* no seu discurso e, simultaneamente,



propondo outra pessoa: um *tu* a quem eu falo e um *tu* que fala a mim. Na linguagem, explica Benveniste (2005), a polaridade das pessoas é condição fundamental, pois nenhum dos dois termos da oposição pode ser concebido sem o outro. Isso não significa igualdade, tampouco simetria, pois o ego sempre possui uma posição de transcendência em relação ao *tu*. Segundo o autor, a linguagem é profundamente marcada pela expressão da subjetividade, a começar pelos próprios termos *eu* e *tu*, são exemplos de formas linguísticas que indicam a “pessoa”. Além disso, os pronomes pessoais, embora nem sempre notados por esse fato, são signos que nunca faltam em uma língua e, em sua forma implícita, atribuem um valor cultural e social. Assim, segundo Benveniste (2005, p.287), “uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível”, ou seja, sempre haverá um *eu* para validar qualquer enunciação. Portanto, sempre subjetiva.

Os pronomes possuem, ainda, uma peculiaridade na língua: “não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo” (BENVENISTE, 2005, p.288). Tal afirmação de Benveniste pode ser comprovada pelo fato de que não há um conceito de “eu” que englobe todos os eu que se enunciam a cada instante por meio de seus locutores, ratificando que os pronomes pessoais são uma classe que foge ao status dos demais signos da linguagem: o mesmo termo pode referir-se a qualquer indivíduo e, ao mesmo tempo, identificá-lo em sua individualidade. O autor explica que “é um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade a qual ele se remete é a realidade do discurso” (2005, p.288). Aqui, temos a marca do locutor, de pessoa: o sujeito da enunciação. Com isso, é no exercício da língua que se encontra o fundamento da subjetividade. Esse exercício é do homem; portanto, subjetivo.

Além dos pronomes pessoais, que, segundo Benveniste, são o primeiro ponto de apoio para o reconhecimento da marca de subjetividade na linguagem, há os indicadores da dêixis, responsáveis por organizar as relações de tempo e espaço em torno do sujeito. Assim como o *eu* e o *tu*, esses demonstrativos, advérbios e adjetivos, se definem apenas pela instância de discurso em que são produzidos. A marca temporal do presente é, por conseguinte, interna ao discurso: é “o tempo em que se fala”, determinado a cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias discursivas. Como ressalta Benveniste (2005, p.289), “o tempo linguístico é *sui-referencial*”, pois o presente é o tempo da enunciação. Ainda de acordo com o linguista,

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas (BENVENISTE, 2005, p.289).

Há, ainda, algumas formas “vazias”, das quais o locutor se apropria no momento da enunciação para validar sua comunicação e que só têm existência em determinado contexto discursivo. A subjetividade na linguagem cria, dentro e até fora dela, a categoria de pessoa, que é detalhada e exemplificada por Benveniste, colocando a língua, assumida pelo homem e na condição de intersubjetividade, como a única que possibilita a comunicação linguística. Se a enunciação existe a partir de um sujeito, de um *eu* que se apropria da língua e a coloca em funcionamento, e esse *eu* como categoria de pessoa é criado na linguagem a partir da subjetividade, como conceber a existência de um enunciado neutro, objetivo, imparcial? Para Benveniste, a subjetividade, pois, já está posta no momento em que o *eu* se institui como *eu*.

Dessa forma, se não é possível imaginar uma língua sem expressão de pessoa e se o sujeito se manifesta na e pela linguagem, como aceitar a característica de neutralidade do texto jornalístico? É esse questionamento norteador que nos propomos a desenvolver no tópico seguinte, referente à desconstrução do conceito de imparcialidade no jornalismo.

### **2.3. A desconstrução da imparcialidade**

Nesse ponto da pesquisa, entendemos ser relevante retomar o conceito de imparcialidade abordado no capítulo um: um relato fiel da realidade por parte do jornalista - que deve exercer um papel de mediador desinteressado e isento -, diretamente atrelado ao conceito de verdade. Verificamos, também, que a Linguística do Texto, estudada a partir dos fatores pragmáticos de textualidade de Maria da Graça Val e dos recursos de referenciação de Ingedore Koch, sinaliza para os elementos essenciais à organização do texto. Já no capítulo dois, a partir da Teoria da Enunciação, proposta por Émile Benveniste, observamos que a linguagem é profundamente marcada pela expressão da subjetividade. Assim, percebemos que, mesmo tendo um texto bem organizado internamente, não é possível “apagar” as marcas de subjetividade características de toda enunciação.

Se o jornalista usufrui da linguagem para reportar os fatos e se toda enunciação se manifesta por um *eu* direcionado a um *tu* em um *aqui* e um *agora*, temos, por consequência, a impossibilidade de um texto puramente neutro, isento e/ou imparcial. O homem como sujeito, ao assumir a posição de *eu*, é, segundo Benveniste, a manifestação máxima da subjetividade. Sem as categorias de pessoa, não há língua. A subjetividade reside, justamente, na concepção de que o *eu* só se torna sujeito ao se apropriar da língua e enunciar-se, instaurando, assim, um *tu*, a quem é dada a possibilidade de se tornar *eu* a partir do momento em que ele se enuncia – processo de reversibilidade. O jornalista, ao escrever, assume papel de sujeito (*eu*), dirigindo-

se a um leitor (*tu*). O texto jornalístico, produto dessa enunciação, é sempre construído a partir de um *eu*.

Desse modo, a notícia jornalística, com suas marcas subjetivas, é algo que fala também do próprio sujeito que a escreveu, ou seja, o jornalista. Vale lembrar que, para Benveniste, não se pode separar o homem da língua. Conforme Badke et al. (2015, p.23), “[...] o sujeito se coloca naquilo que enuncia, que não existe forma de se conceber uma língua sem espelhar os indivíduos que a utilizam”. Ou seja, a subjetividade está presente no próprio exercício de colocar a língua em funcionamento.

A partir da análise, apresentada no capítulo a seguir, poderemos comprovar a presença dos elementos de organização interna do texto, detalhados pela Linguística Textual, e das marcas de subjetividade, identificadas sob a ótica da Linguística da Enunciação. Tendo como foco da presente pesquisa o gênero notícia, traremos, na sequência, a apresentação da metodologia utilizada para a escolha dos textos jornalísticos e das linhas de análise que serão aplicadas.

### 3. ANÁLISE

Neste capítulo, buscaremos evidenciar a resposta ao seguinte questionamento: como os conceitos teóricos abordados ao longo da pesquisa manifestam-se no texto jornalístico? Com esse propósito, a análise do *corpus* será feita tendo em vista os fundamentos da Teoria da Comunicação, da Linguística do Texto e da Linguística da Enunciação, considerando o aporte teórico apresentado anteriormente. O *corpus* a ser analisado será o texto escrito veiculado nos jornais impressos, conforme anexos I e II. Seleccionamos, para tal, duas notícias que versam sobre o mesmo acontecimento e que foram publicadas no mesmo dia por dois veículos de imprensa de Passo Fundo. A escolha justifica-se pelo fato de que, a partir desses elementos, é possível estabelecer um parâmetro comparativo que evidencie, sob a ótica jornalística, fatores recursivos identificados pela linguística do texto, e, sob a perspectiva da linguística da enunciação, as marcas subjetivas presentes no texto – assim, contrapondo as noções de imparcialidade e subjetividade. Para tal, utilizaremos a matéria “Caravana de Lula desiste de ato em Passo Fundo”, veiculada na edição do dia 24 de março de 2018 do jornal Diário da Manhã (anexo I), e a matéria “Protestos impedem chegada de Lula a Passo Fundo”, publicada na mesma data no jornal O Nacional (anexo II).

A análise será dividida da seguinte maneira: a) análise descritiva dos enunciados; b) análise enunciativa dos enunciados. A primeira delas, como veremos no tópico a seguir, abarca os conceitos da Teoria da Comunicação e da Linguística do Texto.

#### 3.1. Análise descritiva

Nesta seção, a análise será construída tendo como referência conceitos da Teoria da Comunicação, especialmente os critérios de noticiabilidade de Traquina (2005), e sob a perspectiva da Linguística do Texto, reconhecendo os elementos de referenciação e progressão referencial, segundo Koch e Elias (2012), e dos fatores de textualidade, de acordo com Val (2004). Inicialmente, tomaremos como *corpus* de análise a matéria “Caravana de Lula desiste de ato em Passo Fundo”, veiculada no jornal Diário da Manhã no dia 24 de março de 2018, conforme anexo I.

Como era de se esperar, **a informatividade** é o fator pragmático que mais se evidencia no texto, trazendo, só no primeiro parágrafo, elementos como “o cenário em Passo Fundo na sexta-feira (23)”, “a vinda do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, “visita marcada para às 13h no município”, “bloqueio montado na ERS 324, cruzamento com a BR 285” e

“cancelada também pela falta de segurança”. Há indicativos sobre todos os componentes essenciais do lide: o que (vinda do ex-presidente), quem (Lula), onde (Passo Fundo), como (visita da comitiva), quando (na sexta-feira) e por que (impedida de passar pelo bloqueio na rodovia e devido à falta de segurança).

A **intencionalidade** do jornalista é informar, com o maior número possível de detalhes, o itinerário da caravana e o cenário, em diferentes pontos da cidade, que culminou na desistência da passagem do ex-presidente por Passo Fundo. Com relação à **aceitabilidade**, esse é um fator que os jornais podem mensurar a partir da publicação do mesmo conteúdo na internet, tendo como *feedback* quase imediato a repercussão da matéria nas redes sociais. No que diz respeito à **situacionalidade**, o assunto foi o principal acontecimento da semana, o que justifica, por si só, a necessidade de publicação da matéria, levando em consideração como a vida da comunidade passo-fundense foi afetada no dia em questão. Em passagens como “cerca de 3,5 mil pessoas participaram do ato” na Esquina Democrática e “pelo menos 600 manifestantes realizaram o ato na rodovia”, percebemos que o acontecimento alterou a rotina de um significativo número de pessoas na cidade – atendendo aos critérios de noticiabilidade de relevância, notoriedade, conflito, tempo e notabilidade.

No caso da matéria em questão, a **intertextualidade** reside justamente no fato de que, para compreender o cenário de “hostilidade” criado pela possibilidade de passagem da Caravana de Lula por Passo Fundo, é necessário um conhecimento prévio de outras notícias anteriores, como, por exemplo, a receptividade nos outros locais por onde a Caravana já passou, a condenação de Lula pelo TRF-4, que aumentou a pena do ex-presidente pelo caso envolvendo o triplex do Guarujá, as denúncias feitas em delações premiadas, etc. Há, também, outros elementos que pressupõem um conhecimento de mundo por parte do leitor e que contextualizam o acontecimento, tais como o cenário político atual, o impeachment de Dilma Rousseff, que também é do PT e acompanhava a Caravana, os escândalos de corrupção, a intolerância política e a polarização entre “petistas” e “coxinhas”.

Vemos, no texto da notícia, alguns elementos pertinentes que contrapõem um dos artigos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, apresentado no capítulo um e que retomaremos agora. O trecho do documento diz que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos”. Ao afirmar que houve “decepção de um lado e comemoração de outro”, temos a verdade de quem? E para quem? Ao falar em “clima hostil”, o jornalista traz o relato do fato sob que perspectiva? Ou melhor: o clima era hostil para quem? Essa é a única verdade possível? Como atingir esse princípio de verdade se a história será sempre contada sob a perspectiva do sujeito que a escreve?

Por sua vez, a notícia atende quase a totalidade dos critérios de noticiabilidade propostos por Traquina (2005). Temos a **notoriedade**, já que o ex-presidente Lula ocupa um papel relevante na sociedade e suas decisões interferem na vida pública – por exemplo, concorrer à Presidência da República; a **proximidade**, tanto geográfica quanto social; a **relevância**, já que a passagem da Caravana pela cidade alterou a rotina de diversos serviços e ocasionou congestionamentos, impactando na vida dos passo-fundenses; o **tempo**, visto que a notícia era atual, remetia a acontecimentos passados e representou um marco histórico para a cidade; a **notabilidade**, pois envolveu um grande número de pessoas e ganhou repercussão nacional; e o **conflito**, com ocorrência de violência física e simbólica, conforme relatado na notícia.

Partindo para os mecanismos de referenciação e progressão referencial, vamos analisar esses aspectos em alguns dos parágrafos da notícia. No primeiro, percebemos a presença de introdução e retomada, ativação ancorada e não-ancorada, anáfora e catáfora, e nominalização, como veremos abaixo (grifos nossos).

“Decepção de um lado e comemoração de outro. Foi **assim** o cenário em *Passo Fundo* na sexta-feira (23) após um dia intenso de manifestações pela **cidade** e seu entorno, mas que não contou com a vinda do *ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. **O político**, que tinha visita marcada para às 13h no **município**, acabou impedido de chegar a Passo Fundo em virtude de bloqueio montado na ERS 324, cruzamento com a BR 285, nas proximidades da cidade. Além disso, a passagem foi cancelada também pela falta de segurança constatada pela comitiva do **ex-presidente**”.

No parágrafo destacado, vemos que o “**assim**” (em negrito) atua como um encapsulamento da oração anterior “decepção de um lado e comemoração de outro”, evidenciando o mecanismo de nominalização ou rotulação. A expressão “*Passo Fundo*” (em itálico) introduz um novo referente, uma ativação não-ancorada, que é posteriormente retomado em “**cidade**” (em negrito) e em “**município**”. Tanto “**cidade**” quanto “**município**” são ativações ancoradas de “*Passo Fundo*”. Temos um caso semelhante em “*ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva*” (itálico), novo referente introduzido, e “**o político**” (negrito) e “**ex-presidente**” (negrito) que o retomam no texto por meio de ativação ancorada. “**Cidade**” em relação à “*Passo Fundo*” e “**o político**” em relação à “*ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva*” são exemplos de anáfora. Já se pegarmos o trecho “**O político**, que tinha visita marcada para às 13h no **município**, acabou impedido de chegar a Passo Fundo [...]”, a palavra “**município**” em relação à “*Passo Fundo*” representa uma catáfora.

Posteriormente, no segundo parágrafo, temos o seguinte trecho (grifos nossos):

“A maior concentração de pessoas ocorreu *na Esquina Democrática*, entre a Avenida Brasil e a Rua Bento Gonçalves, **onde** cerca de 3,5 mil pessoas participaram do **ato**, de acordo com o Partido dos Trabalhadores (PT) de Passo Fundo. A confirmação de que o **ex-presidente e sua comitiva** não chegariam a Passo Fundo ocorreu por volta das 17h, após aproximadamente quatro horas de atraso da chegada da “*Caravana Lula pelo Brasil*”.

Aqui, temos o referente “onde” (negrito), que, por ativação ancorada, retoma o referente “na Esquina Democrática” (itálico), uma anáfora. Já a expressão “ato” (negrito) é uma rotulação dos episódios de manifestação descritos no parágrafo anterior, indicando outra ativação ancorada e um mecanismo de pronominalização. Em “o ex-presidente e sua comitiva” (negrito) temos um exemplo de catáfora em relação à “Caravana Lula pelo Brasil” (itálico). Se analisarmos somente a expressão “o ex-presidente” ele é uma anáfora que também retoma um referente do primeiro parágrafo, ou seja, “Luiz Inácio Lula da Silva”.

Vejamos mais um exemplo que consta no terceiro parágrafo (grifos nossos):

“**No Centro da cidade**, manifestantes contrários iniciaram a concentração por volta das 12h *na Esquina Democrática de Passo Fundo*, na Avenida Brasil, esquina com a Rua Bento Gonçalves. Confirmado pelo PT local que **o ex-presidente** realizaria um ato político **nesse ponto da cidade**, os manifestantes favoráveis a *Lula* também se encontravam **no local** desde às 10h”.

No trecho selecionado, a expressão “No Centro da cidade” (negrito) funciona como catáfora em relação a “na Esquina Democrática de Passo Fundo” (itálico). Por sua vez, os referentes “nesse ponto da cidade” (negrito) e “no local” (negrito) são ativações ancoradas, anáforas em relação a “na Esquina Democrática de Passo Fundo” (itálico). Verificamos, também, que “o ex-presidente” (negrito) é catafórico em relação a “Lula” (itálico). Percebe-se, com isso, que a introdução e a retomada de novos referentes são fenômenos presentes a todo momento na estrutura do texto jornalístico, assim como a nominalização, também presente no exemplo a seguir (grifos nossos):

“O clima hostil esperado pelo PT se confirmou em alguns momentos, como quando *manifestantes favoráveis e contrários atiravam ovos e tomates*. Com **o conflito**, o PT decidiu recuar a manifestação [...]”.

Nesse quinto parágrafo, vemos o encapsulamento do referente “manifestantes favoráveis e contrários atiraram ovos e tomates” (itálico) na expressão “o conflito” (negrito). Esta funciona como uma ativação ancorada, uma retomada anafórica do referente anterior. Por fim, uma última análise sobre o primeiro parágrafo após o intertítulo (grifos nossos):

“**Manifestantes** que se reuniam *na ERS 324*, próximo ao trevo com a BR 285, estacionaram carros, tratores e caminhões na rodovia e impediram que a caravana do *ex-presidente Lula* ingressasse no município. Por volta das 13h, *agricultores, cavaleiros e outros grupos* de manifestantes começaram a se reunir *na rodovia*, **onde** permaneceram até, pelo menos, às 18h, depois que foram comunicados que **o político** não passaria pela cidade”.

Há, aqui, o fenômeno de pronominalização em “manifestantes” (negrito), que estabelece, igualmente, uma relação catafórica com o referente “agricultores, cavaleiros e outros grupos” (itálico). Temos, também, a introdução de um novo referente, ativação não-ancorada, em “na ERS 324” (itálico), e a sua retomada, por anáfora, em “na rodovia” (itálico). Vemos, ainda, que o referente “onde” (negrito) retoma justamente a expressão “na rodovia”. Além disso, “o político” (negrito) estabelece uma ativação ancorada com “ex-presidente Lula” (itálico).

Passaremos, agora, à análise do segundo corpus, a matéria “Protestos impedem chegada de Lula a Passo Fundo”, publicada na edição do dia 24 de março de 2018 do jornal O Nacional, conforme anexo II. A notícia, da mesma forma, apresenta, fortemente, o fator pragmático da **informatividade**, trazendo dados como “a caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, “Centenas de manifestantes contrários”, “a passagem dos três ônibus com a comitiva”, “Uma pessoa chegou a ser detida”, “o ato que estava marcado para às 13h, no centro de Passo Fundo”, entre outros. Todos esses elementos constam no primeiro parágrafo do texto, seguindo a estrutura básica do lide.

Os fatores de **aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade e intencionalidade** funcionam de modo semelhante à matéria analisada anteriormente, já que ambas discorrem sobre o mesmo acontecimento, a não vinda da caravana de Lula a Passo Fundo, e pressupõem o conhecimento de outras notícias previamente divulgadas. Igualmente, os mesmos critérios de noticiabilidade fazem-se presentes nesta notícia, sendo eles a **notoriedade**, a **proximidade**, a **relevância**, o **tempo**, a **notabilidade** e o **conflito**.

Com isso, passamos à identificação dos elementos de referenciação e progressão referencial, iniciando com este trecho do primeiro parágrafo (grifos nossos):

“*Centenas de manifestantes contrários*, se posicionaram, ainda pela manhã, na *RS 324*, para impedir a passagem dos *três ônibus* com a comitiva. **Eles** usaram *tratores* para bloquear a **pista**. A Brigada Militar revidou com bombas de efeito moral para dispersar **o tumulto** e liberar a passagem dos **veículos**. Uma pessoa chegou a ser detida. Diante do clima tenso, *o ex-presidente Lula*, que havia iniciado a caravana ontem, pela cidade de Ronda Alta, decidiu



suspender o ato que estava marcado para às 13h, no centro de Passo Fundo. **Ele** viajou de carro, de Pontão até Chapecó, e depois seguiria a Porto Alegre em um voo executivo”.

Os três primeiros referentes em itálico são ativações não-ancoradas, introduzidas no texto pela primeira vez, e que serão retomadas posteriormente: “eles” (negrito) retoma anaforicamente “centenas de manifestantes contrários” (itálico), “pista” (negrito) estabelece uma ativação ancorada, portanto anafórica, com “RS 324” (itálico), mesmos mecanismos observados em “veículos” (negrito) com relação a “três ônibus” (itálico). Há o uso do referente “o tumulto” (negrito) como nominalização, um encapsulamento da situação descrita até ali, e uma relação anafórica no pronome “ele” (negrito) retomando o referente “o ex-presidente Lula” (itálico).

Prosseguimos a análise com um trecho do terceiro parágrafo (grifos nossos).

“Ainda pela manhã, *os manifestantes*, organizados pelo Sindicato Rural, iniciaram a concentração (sic) *na RS 324*, entrocamento (sic) com a BR 285. **O local** é um dos principais acessos a Passo Fundo. **Eles** estacionaram tratores e caminhões nos dois lados da **rodovia**. Usando faixas e cartazes, entoavam frases contra **o ex-presidente**. Enfileirados, aguardavam a passagem dos três ônibus da comitiva, segurando ovos, relhos, correntes e pedaços de pau”.

Verificamos, aqui, o pronome “eles” (negrito) como ativação ancorada retomando o referente “os manifestantes” (itálico), assim como as expressões “o local” (negrito) e “rodovia” (negrito) são anáforas de “RS 324” (itálico). A utilização de pronomes para a retomada de referentes é mais evidente neste corpus de análise do que no anterior. Vejamos mais alguns exemplos no quarto parágrafo da matéria (grifos nossos):

“**A situação** ficou mais tensa, por volta das 15h. Com a notícia de que a caravana estava se aproximando, *proprietários* rapidamente 'jogaram' *os tratores* para cima da *rodovia* e abandonaram **as máquinas**, bloqueando totalmente **a via** em ambos os sentidos. Alguns **manifestantes** sentaram no asfalto e começaram a cantar o hino do Rio Grande”.

Percebemos, nesse trecho, novamente o fenômeno de nominalização ou rotulação no referente “a situação” (negrito). “Proprietários” (itálico) é um novo referente introduzido no texto que, na sequência, é retomado por uma ativação ancorada pela expressão “manifestantes” (negrito). Observamos, também, uma retomada anafórica de “as máquinas” (negrito) em relação a “os tratores” (itálico) e outra ativação ancorada em “a via” (negrito) com relação ao referente “rodovia” (itálico).

A partir disso, evidencia-se que, em ambos os *corpus*, há presença constante de critérios de noticiabilidade, de recursos de referenciação e progressão referencial, e de fatores pragmáticos de textualidade. As duas notícias seguem a estruturação do lide e apresentam

elementos da linguagem jornalística, especificados no capítulo um, que visam assegurar a objetividade do texto. Apesar do reconhecimento de todos esses elementos, que correspondem ao formato idealizado pelos manuais de redação para a elaboração da notícia, o “problema” persiste: o texto nunca esconde o sujeito. É o que veremos na próxima seção, com a análise sob a perspectiva da Linguística da Enunciação.

### 3.2. Análise enunciativa

A presente seção irá analisar o mesmo *corpus* linguísticos, disponíveis nos anexos I e II, só que tendo como embasamento teórico os estudos de Émile Benveniste (2005) na Linguística da Enunciação, especificamente o conceito de subjetividade na linguagem. A proposta, aqui, é evidenciar as marcas do sujeito no texto, assinalando a impossibilidade de um relato imparcial, e demonstrar como o quadro da enunciação, composto pelo *eu-tu-aqui- agora*, manifesta-se na notícia jornalística.

No que diz respeito às marcas de subjetividade, podemos começar pelo próprio título da primeira matéria (anexo I): “Caravana de Lula desiste de ato em Passo Fundo”. A escolha pelo verbo “desistir” provoca um sentido bem diferente do que dizer, por exemplo, que a “Caravana de Lula deixa de realizar ato em Passo Fundo”. A carga simbólica presente no ato de desistir, ainda mais em um cenário político, é muito maior. Só pela escolha do verbo utilizado já percebemos, marcado na língua, a subjetividade do jornalista. Analisemos, agora, alguns elementos do primeiro parágrafo.

“**Decepção** de um lado e **comemoração** de outro. **Foi assim** o cenário em Passo Fundo na sexta-feira (23) após um **dia intenso** de **manifestações** pela cidade e seu entorno, **mas que não contou** com a vinda do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O político, que tinha visita marcada para às 13h no município, **acabou impedido de chegar a Passo Fundo** em virtude de bloqueio montado na ERS 324, cruzamento com a BR 285, nas proximidades da cidade” (grifos nossos).

A abertura da notícia já traz, na adjetivação do comportamento das pessoas, divididas por “lados”, um caráter elevado de subjetividade. Quem é que percebe o cenário em Passo Fundo “assim”, polarizado entre “decepção” e “comemoração”? O jornalista, ou seja, o sujeito que se apropria da língua para a enunciação – o *eu* do discurso. Se essa é a percepção dele, como julgar o texto como objetivo? No mesmo enunciado, o locutor destaca o dia “intenso”, marcado por “manifestações”, “mas que não contou” com a presença de Lula. O motivo? No parágrafo introdutório, diferentemente do título no qual era o ex-presidente que

havia desistido da visita, a alegação é de que o político “foi impedido de chegar a Passo Fundo”. Ou seja, pressupõe-se que vir à cidade era desejo do Lula. Novamente, a carga simbólica da expressão “impedir” – todas evidências da presença do sujeito no texto. Seguimos com um trecho do terceiro parágrafo:

“Na cidade, movimentos **contrários a Lula** realizavam **manifestações** na Rua Capitão Araújo, em frente ao prédio da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), onde **havia expectativa** que o ex-presidente **pudesse** visitar a nova estrutura da instituição pública. No Centro da cidade, **manifestantes contrários** iniciaram **a concentração** por volta das 12h na Esquina Democrática de Passo Fundo, na Avenida Brasil, esquina com a Rua Bento Gonçalves. Confirmado pelo PT local que o ex-presidente realizaria um ato político nesse ponto da cidade, os **manifestantes favoráveis a Lula** também se encontravam no local desde às 10h. **No entanto**, com a **forte chuva** no início da **manifestação**, **a aglomeração** aumentou **somente** por volta das 12h, quando o caminhão do partido estacionou na Rua Bento Gonçalves” (grifos nossos).

A nomenclatura utilizada para designar os “lados opostos” foi a de “manifestantes contrários a Lula” e “favoráveis a Lula”. Não havia nenhuma faixa durante o protesto que sinalizasse que esse era o nome designado para o grupo, logo, trata-se de uma escolha do jornalista defini-los de tal forma. Percebemos, aqui, mais uma vez, a escolha por designar os episódios como “manifestações” e não “protestos”, atenuando o sentido, já que “protesto” carrega uma significação mais exaltada, de indignação e revolta. Outro aspecto interessante nesse parágrafo da matéria é que os “manifestantes contrários” promovem uma “concentração” em determinado ponto da cidade, mas, ao se unirem aos “manifestantes favoráveis”, formam uma “aglomeração”, que “somente” aumentou depois das 12h – ou seja, pressupõe-se que a “aglomeração” já deveria ser maior bem antes daquele horário: não foi devido à “forte chuva”. A adjetivação cumpre, aqui, um papel de fortalecimento da justificativa: se a chuva não fosse forte, como explicar o atraso para o aumento do número de “manifestantes”? Temos, ainda, a escolha dos verbos no enunciado “havia expectativa que o ex-presidente pudesse visitar a nova estrutura”: a percepção de existir “expectativa” é altamente subjetiva, assim como a utilização do “pudesse” – não se trata nem de o presidente querer, mas de que a visita seja permitida a ele. Continuemos com um trecho do quarto parágrafo:

“Ambos os lados foram **separados** pela Brigada Militar, que permaneceu no mesmo local até a **dispersão** de todos os manifestantes, por volta das 18h20min, após ter sido confirmada a **desistência** da passagem de Lula por Passo Fundo. Durante a tarde, os

manifestantes favoráveis a Lula **entoaram cânticos de apoio** ao ex-presidente [...]” (grifos nossos). As informações dadas sobre um referente – ele – mostram que o sujeito que fala sempre diz algo de algo ou alguém (ele). Isso ocorre num tempo e lugar determinados pela própria enunciação construída. Aqui o jornalista fala de: a ação dos manifestantes e diz o que lhe convém dizer.

A ideia de separar os lados opostos não é a mesma de dividi-los. Separar indica uma ruptura, uma necessidade de se manter o distanciamento – no caso, para evitar confrontos. A percepção, novamente, é do jornalista que redigiu a matéria, da mesma forma que a escolha por adjetivar a não vinda de Lula, mais uma vez no texto, como “desistência”. Observamos, também, a utilização da expressão “dispersão”, que reforça o sentido da “separação” descrita anteriormente. Não se trata da saída ou mesmo de os manifestantes simplesmente deixarem o local, mas de eles se dispersarem. Por fim, o ato de “entoar cânticos de apoio” também constrói uma significação diferente de “cantar” ou “expressar”, salientando a avaliação feita pelo jornalista, ou seja, o *eu* do processo enunciativo, dos fatos observados por ele.

No quinto parágrafo, há o seguinte enunciado: “O clima **hostil** esperado pelo PT se confirmou em alguns momentos, como quando **manifestantes favoráveis e contrários atiravam** ovos e tomates”. Destacamos o uso da adjetivação – marca expressiva de subjetividade na linguagem - em “hostil” e também a escolha pelo verbo “atirar” no desentendimento entre “manifestantes favoráveis e contrários”, em vez de, por exemplo, utilizar a expressão “jogar”. Ao enunciar que “atiravam”, o sujeito que fala no texto (o jornalista) relaciona o gesto ao uso das armas de que os grupos dispunham no momento: ovos e tomates. Mais uma vez o jornalista fala de: ação dos manifestantes favoráveis e contrários. É o locutor que diz *eu* e se propõe como sujeito do seu dizer, construindo sentidos ao texto noticiado. Percebemos claramente as marcas de subjetividade de um *eu* que se coloca a um *tu* e trata de um *ele*, em dada situação de comunicação: um aqui e agora determinados pela enunciação.

No intertítulo “Bloqueio, fogo em pneus e confronto na ERS 324”, identificamos, novamente, a presença da subjetividade na seleção das expressões que descrevem o cenário encontrado pelo jornalista na rodovia. O enunciador centra, no “bloqueio”, no “fogo em pneus” e no “confronto” a imagem apreendida por ele das manifestações ocorridas na ERS 324: fruto da percepção de um *eu*, enunciada por esse *eu* e direcionada a um *tu* que, possivelmente, não esteve no local, mas que, ao ler o texto, precisa compreender o cenário em que se construiu a não vinda do ex-presidente a Passo Fundo. No segundo parágrafo, temos o seguinte trecho:

“Com o **bloqueio** na ERS 324, foi por volta das 14h40min que ocorreu o **principal confronto** com a Brigada Militar. Os **manifestantes contrários a Lula bloquearam totalmente** a rodovia e **incendiaram** pneus. Neste momento, **um helicóptero** que sobrevoava o local **atirou** gás de efeito moral, sendo que os manifestantes também **se queixaram** de tiros com balas de borracha” (grifos nossos).

A definição do “confronto” ocorrido na rodovia como sendo o “principal” surge, diretamente, de uma avaliação feita pelo próprio enunciador - portanto, subjetiva. A seleção pela expressão “bloqueio” em vez de, por exemplo, “obstrução”, também carrega um valor simbólico significativo no contexto político em que a matéria transita, ainda mais pela ênfase atribuída ao bloqueio com o uso de “totalmente”. Em outras palavras, os “manifestantes contrários a Lula” não deixaram escolha ao ex-presidente que não a “desistência”. Os verbos “incendiar”, “atirar” e “queixar-se” também evidenciam marcas subjetivas no texto.

Há, portanto, um *eu* – o jornalista – que, ao se apropriar da língua para produzir os enunciados da matéria, instaurou automaticamente um *tu* – o leitor -, a quem se destina o texto. Essa enunciação ocorre a partir da página do jornal – *aqui* – quando a notícia é publicada – *agora*. Contudo, sendo a enunciação irrepitível, a cada novo leitor, o *tu* sempre se renova, assim como o *agora*, já que a cada nova enunciação o tempo se renova. A cada leitura da notícia, temos um novo processo enunciativo. Destaca-se que isso traz a questão da irrepitibilidade. A cada vez que se constrói uma enunciação, esta é sempre nova. Sempre irrepitível.

Veremos, mais uma vez, a presença da subjetividade na análise da segunda notícia (anexo II) sob a ótica da Linguística da Enunciação. Iniciamos, pois, pelo título da matéria: “Protestos impedem chegada de Lula a Passo Fundo”. Diferentemente da notícia veiculada pelo jornal Diário da Manhã – que evidenciava na manchete a desistência da caravana -, nesta temos a ênfase ao fato de o ex-presidente ter disso impedido de chegar à cidade, ideia reforçada pela linha de apoio: “Manifestantes bloquearam rodovia com máquinas agrícolas e incendiaram pneus”. Pelos enunciados, percebemos que o fio condutor da notícia será a resistência enfrentada pela caravana e o comportamento dos manifestantes que impediu a vinda do petista. Logo no primeiro parágrafo, lemos o trecho que segue:

“A **preocupação** de que a caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teria em Passo Fundo, a **recepção mais hostil** durante sua passagem pelo Rio Grande do Sul **acabou se confirmando**. Centenas de **manifestantes contrários**, se **posicionaram**, ainda pela manhã, na RS 324, **para impedir a passagem** dos três ônibus com a comitiva. Eles **usaram** tratores para **bloquear** a pista” (grifos nossos).

A subjetividade, nesse enunciado, aparece no sentimento caracterizado pelo *eu* como “preocupação” e a adjetivação da “recepção” em Passo Fundo como sendo a “mais hostil”, o que, posteriormente, na avaliação do jornalista, “acabou se confirmando”. Nessa matéria, também verificamos a caracterização das pessoas que participaram dos atos como “manifestantes favoráveis e contrários”. Na percepção do locutor, foram os manifestantes contrários os responsáveis, a partir do seu posicionamento na rodovia e do uso de tratores, por “impedir a passagem” da caravana. Até aqui, não se fala em desistência. O parágrafo tem, então, continuidade:

“A Brigada Militar **revidou** com bombas de efeito moral para **dispersar o tumulto** e liberar a passagem dos veículos. Uma pessoa **chegou a ser** detida. Diante do **clima tenso**, o ex-presidente Lula, que havia iniciado a caravana ontem, pela cidade de Ronda Alta, **decidiu suspender o ato** que estava marcado para às 13h, no centro de Passo Fundo” (grifos nossos).

Ao enunciar que o órgão de segurança “revidou”, pressupõe-se que houve uma ação anterior, que justificaria o ato da Brigada Militar. Nesse ponto do texto, percebemos que a manifestação dá lugar ao “tumulto”, que precisou ser “dispersado” e que, em decorrência disso, uma pessoa “chegou a ser” detida. Por que “chegou a ser” e não simplesmente “foi” detida? Há, na materialidade linguística, outra marca de subjetividade do jornalista: para ele, o fato de uma pessoa ser detida não é algo natural em uma manifestação, mas um extremo – um fato que “chegou a acontecer”. O clima é adjetivado como “tenso”, o que confirma o ponto de vista do sujeito que se enuncia no texto pela apropriação da língua. Para esse enunciador, Lula não “desistiu”, mas “decidiu suspender o ato” – ou seja, não há a carga simbólica do ato de desistência, só uma atitude (até coerente) tomada frente à impossibilidade de prosseguir com a comitiva pela rodovia.

No terceiro parágrafo, a caracterização do ambiente criado na rodovia em que se concentraram os manifestantes passa, necessariamente, pela percepção do jornalista que escreve a matéria. A própria seleção lexical já é indicativo de subjetividade, lembrando que, para Benveniste, não há como separar o homem da língua. Vejamos:

“Ainda pela manhã, os **manifestantes**, organizados pelo Sindicato Rural, iniciaram a **concentração** (sic.) na RS 324, entrocamento (sic.) com a BR 285. O local é um dos **principais** acessos a Passo Fundo. Eles **estacionaram** tratores e caminhões **nos dois lados** da rodovia. Usando faixas e cartazes, **entoavam** frases **contra** o ex-presidente. Enfileirados, **aguardavam** a passagem dos três ônibus da comitiva, **segurando ovos, relhos, correntes e pedaços de pau**” (grifos nossos).

Aqui, antes de se constituir um “tumulto”, há a “concentração” dos “manifestantes”, que “estacionaram” os veículos não apenas em um, mas “nos dois lados” da ERS 324. Assim como na notícia do Anexo I, nesta matéria frases também são “entoadas”, só que dessa vez “contra” Lula. Os manifestantes não estavam ali parados, mas “aguardando” – ou seja, com alguma expectativa – a passagem do ex-presidente. Eles também não estavam com as mãos vazias: na enunciação do *eu*, há a necessidade de salientar que os manifestantes estavam “segurando ovos, relhos, correntes e pedaços de pau”. A listagem dos itens contribui para comprovar o cenário “hostil”, citado anteriormente no texto e também evidencia a imagem que o sujeito pretende criar sobre as intenções dos manifestantes contrários. No parágrafo seguinte, há a descrição dos atos que antecederam o conflito com a Brigada Militar:

“A situação ficou **mais tensa**, por volta das 15h. Com a notícia de que a caravana estava se aproximando, proprietários **rapidamente 'jogaram'** os tratores **para cima** da rodovia e **abandonaram** as máquinas, **bloqueando totalmente** a via **em ambos os sentidos**. **Alguns** manifestantes sentaram no asfalto e **começaram a cantar** o hino do Rio Grande. Policiais do 3º Batalhão de Operações Especiais (BOE), **jogaram** bombas de efeito moral e **conseguiram dispersar** o grupo. Na ação, o motorista de um dos tratores **chegou a ser** detido. Em outro ponto da rodovia, eles **espalharam** pneus na pista e **atearam** fogo. Os bombeiros **tiveram de ser acionados** para conter as chamas” (grifos nossos).

A definição do episódio como sendo o “mais tenso” também caracteriza a subjetividade do jornalista, assim como a observação de que o processo de “jogar” os tratores “para cima” da rodovia – altamente simbólico, colocando até mesmo a pista na condição de ‘vítima’ – se deu “rapidamente” e foi seguido do “abandono” das máquinas – o que pressupõe a vontade de deixá-las no local pelo tempo que fosse preciso. Percebe-se que, agora, elas já não estão estacionadas – e, portanto, aptas a saírem a qualquer momento -, mas abandonadas e “bloqueando totalmente” a via “nos dois sentidos”, ou seja, sem chance de dar passagem aos veículos da caravana. “Alguns” manifestantes – não mais todos – sentaram na rodovia e “começaram a cantar” - um gesto diferente das frases contrárias a Lula, que foram “entoadas”. Outro aspecto relevante é que, agora, não há mais o sentido de revide por parte dos policiais: eles “jogaram” as bombas e “conseguiram dispersar” aqueles que estavam sentados. Novamente, vemos a utilização do “chegou a ser” para a detenção de um motorista. Por fim, os manifestantes “espalharam” – em vez de “colocaram”, por exemplo – pneus e “atearam” fogo. Por esse comportamento, os bombeiros “tiveram de ser acionados”. O “ter de” não é ao acaso: enfatiza a obrigação gerada pelo ato dos manifestantes.

A partir de todos esses elementos destacados ao longo da análise, concluímos, com a fundamentação teórica da Linguística da Enunciação, que não é possível excluir o sujeito do texto. O enunciador (*eu*) sempre será sujeito da enunciação, ao apropriar-se da língua e colocá-la em funcionamento, instaurando, automaticamente, um enunciatário (*tu*), a quem o enunciado se dirige. A reversibilidade desse processo enunciativo, aliado à irrepitibilidade da enunciação e às marcas de subjetividade, desconstruem o conceito de imparcialidade jornalística – visto a impossibilidade de um relato puramente neutro ou objetivo, instituindo a intersubjetividade. Portanto, não há possibilidade de um texto jornalístico imparcial.

Para concluir essa análise, queremos destacar mais uma vez Benveniste (2006, p. 68) que diz que “Todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*”. É desse colocar-se em sua individualidade que queremos chamar a atenção. É dessa subjetividade inegável em qualquer ato enunciativo que queremos destacar. Ou seja, o sujeito, jornalista neste caso de análise, assume-se como *eu*, que toma a língua e exercita a linguagem que lhe é constitutiva, exercita - sim – sua subjetividade, sua experiência de dizer *eu*, de ser *eu*. Benveniste afirma (2006, p. 69):

Uma dialética singular é a mola desta subjetividade. A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego. Assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente do discurso.

E, assim, temos a subjetividade presente em todos os textos produzidos por um *eu* que se propõe como sujeito de seu dizer a um *tu*. Inclusive o jornalista em suas notícias que trazem “a verdade”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste trabalho, de que não é possível um jornalista produzir uma notícia imparcial, sinaliza para a necessidade de que essa discussão seja levada para os centros de formação acadêmica. Se orientados unicamente pelas teorias da comunicação, os futuros profissionais que irão compor as redações noticiosas ficarão reféns de uma busca frustrante: a de produzir um relato objetivo do fato para, assim, ser reconhecido como um bom jornalista. Os próprios princípios defendidos pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, mencionados nesta pesquisa, fomentam essa necessidade de atingir a verdade: um conceito que, além de utópico, possui várias vertentes. Afinal, a verdade é de quem e para quem? Descobrimos, após a análise, que ela pertence a quem escreve – ao sujeito que está sempre presente no texto. Como cobrar, então, um denominador comum a algo que não é exato? Que varia conforme a percepção do jornalista que apura o fato? Essas são questões que precisam ser consideradas por qualquer documento que se proponha a nortear o ofício jornalístico.

Por obviedade, um texto bem organizado internamente é essencial para essa área de atuação profissional e, portanto, o contato com os conceitos teóricos da Linguística do Texto é imprescindível. Contudo, não podemos esquecer que, para a produção de textos e, conseqüentemente, a aplicação dos mecanismos de progressão e referenciação e o reconhecimento dos fatores de textualidade, é fundamental estudar a matéria-prima de tudo: a língua.

Não há como conceber um contato diário com a comunicação, em seus diferentes gêneros, sem transitar pelos estudos linguísticos. Se o jornalista, diariamente, apropria-se da língua e a coloca em funcionamento para produzir enunciados, se ele assume o papel de *eu* instaurando um *tu*, desencadeando um processo enunciativo, então ele carece do conhecimento acerca de sua principal ferramenta de trabalho. A linguística precisa, ou melhor, deve ocupar uma das cadeiras na sala de aula, para evitar que concepções equivocadas ganhem espaço e deturpem o real propósito norteador do exercício jornalístico. Enquanto tivermos pessoas contando histórias, teremos subjetividade. Não se faz jornalismo sem sujeito.

Dessa forma, depois de circular pelas Teorias da Comunicação, pela Linguística Textual e pela Linguística da Enunciação, de analisar a produção noticiosa de dois veículos locais, de comparar e de destacar as marcas subjetivas nos textos, verificamos que, embora o tema já tenha sido abordado em outras produções científicas, a pesquisa sobre o enlace entre as áreas da Comunicação e da Linguística, sob a perspectiva enunciativa, ainda oferece um

vasto campo de exploração para a reconstrução de velhos padrões jornalísticos e, principalmente, para a quebra de antigos paradigmas, que atrelam a competência do profissional ao critério de imparcialidade. Ampliar os horizontes e estabelecer o diálogo entre áreas afins do conhecimento contribui não apenas para o cenário de formação acadêmica, mas também para a sociedade, tendo em vista o papel desempenhado pela mídia e o impacto gerado por ele na vida das pessoas. Advertir o público de que uma notícia será sempre contada a partir de um ponto de vista é um gesto de honestidade: com o público e também com o jornalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADKE, Carlos Alberto; MÉA, Celia Helena de Pelegrini Della; TRINDADE, Daiani Ferrari. **A subjetividade da língua na construção de textos jornalísticos**. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/28579/17074>>. Acessado em 07 de abril de 2018.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5ª ed. – São Paulo: Pontes Editores, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª ed. – São Paulo: Pontes Editores, 2006.
- CASTRO, Alexandre. **Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização: Desenvolvimento Internacional e Impasses Brasileiros**. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/castro-alexandre-2013-teorias-jornalismo.pdf>>. Acessado em 03 de novembro de 2017.
- FENAJ. **Código de ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em: <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)>. Acessado em: 26 de abril de 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2012.
- LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2003.
- LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. São Paulo: Ática, 2002.
- MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28ed. - São Paulo: Cultrix, 2012.

SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. 2008. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acessado em: 20 de abril de 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – Porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VAL, Maria da Graça Gosta. **Redação e Textualidade**. 2ª Ed – São Paulo: Martins Fontes, 2004.

## ANEXOS

### **Anexo I** – Matéria veiculada no jornal Diário da Manhã

#### **Caravana de Lula desiste de ato em Passo Fundo<sup>4</sup>**

*Partido apontou a falta de segurança e o bloqueio na rodovia de entrada da cidade para cancelar a presença do ex-presidente no Município, no último dia de Caravana. No Centro, manifestações se dividiram entre decepção e comemoração*

Decepção de um lado e comemoração de outro. Foi assim o cenário em Passo Fundo na sexta-feira (23) após um dia intenso de manifestações pela cidade e seu entorno, mas que não contou com a vinda do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O político, que tinha visita marcada para às 13h no município, acabou impedido de chegar a Passo Fundo em virtude de bloqueio montado na ERS 324, cruzamento com a BR 285, nas proximidades da cidade. Além disso, a passagem foi cancelada também pela falta de segurança constatada pela comitiva do ex-presidente.

A maior concentração de pessoas ocorreu na Esquina Democrática, entre a Avenida Brasil e a Rua Bento Gonçalves, onde cerca de 3,5 mil pessoas participaram do ato, de acordo com o Partido dos Trabalhadores (PT) de Passo Fundo. A confirmação de que o ex-presidente e sua comitiva não chegariam a Passo Fundo ocorreu por volta das 17h, após aproximadamente quatro horas de atraso da chegada da “Caravana Lula pelo Brasil”. O ex-presidente realizou atos em Ronda Alta pela manhã, que também acabaram com atraso em razão das condições climáticas. Posteriormente, Lula participou de um almoço na Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata – COOPTAR, em Pontão.

Com esse primeiro atraso, a informação divulgada pelo PT de Passo Fundo era de que Lula chegaria a Passo Fundo por volta das 14h30min, cerca de uma hora e meia depois do que era previsto inicialmente. Na cidade, movimentos contrários a Lula realizavam manifestações na Rua Capitão Araújo, em frente ao prédio da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), onde havia expectativa que o ex-presidente pudesse visitar a nova estrutura da instituição pública. No Centro da cidade, manifestantes contrários iniciaram a concentração por volta das 12h na Esquina Democrática de Passo Fundo, na Avenida Brasil, esquina com a Rua Bento Gonçalves. Confirmado pelo PT local que o ex-presidente realizaria um ato político nesse

---

<sup>4</sup> Matéria veiculada no jornal Diário da Manhã, de Passo Fundo, no dia 24 de março de 2018.

ponto da cidade, os manifestantes favoráveis a Lula também se encontravam no local desde às 10h. No entanto, com a forte chuva no início da manifestação, a aglomeração aumentou somente por volta das 12h, quando o caminhão do partido estacionou na Rua Bento Gonçalves.

Ambos os lados foram separados pela Brigada Militar, que permaneceu no mesmo local até a dispersão de todos os manifestantes, por volta das 18h20min, após ter sido confirmada a desistência da passagem de Lula por Passo Fundo. Durante a tarde, os manifestantes favoráveis a Lula entoaram cânticos de apoio ao ex-presidente, e o partido trouxe lideranças políticas locais e regionais que realizaram pronunciamento no carro de som.

O clima hostil esperado pelo PT se confirmou em alguns momentos, como quando manifestantes favoráveis e contrários atiravam ovos e tomates. Com o conflito, o PT decidiu recuar a manifestação para a metade da Rua Bento Gonçalves, no trecho entre a Avenida Brasil e a Rua Morom, que já estava bloqueada pela Brigada Militar, assim como a Rua General Neto, entre o trecho com a Rua Morom e a Rua Independência.

A espera de horas durante a tarde se transformou em motivo de decepção para um lado e de comemoração para outro quando, por volta das 16h30min, se espalhavam informações de que o ex-presidente não passaria por Passo Fundo. Correligionários confirmaram que a comitiva viajou a Chapecó, para de lá seguir de avião a São Leopoldo para o encerramento da caravana pelo RS.

Logo após a confirmação, às 17h, a Brigada Militar já iniciou a preparação para iniciar a dispersão de ambos os protestos, que se encerrou por volta das 18h20min. Após o encerramento no Centro, houve comemoração do movimento contrário no bairro Boqueirão, com buzinação de dezenas de veículos.

### **Bloqueio, fogo em pneus e confronto na ERS 324**

Manifestantes que se reuniam na ERS 324, próximo ao trevo com a BR 285, estacionaram carros, tratores e caminhões na rodovia e impediram que a caravana do ex-presidente Lula ingressasse no município. Por volta das 13h, agricultores, cavaleiros e outros grupos de manifestantes começaram a se reunir na rodovia, onde permaneceram até, pelo menos, às 18h, depois que foram comunicados que o político não passaria pela cidade. De acordo com a Brigada Militar, pelo menos 600 manifestantes realizaram o ato na rodovia.

Com o bloqueio na ERS 324, foi por volta das 14h40min que ocorreu o principal confronto com a Brigada Militar. Os manifestantes contrários a Lula bloquearam totalmente a

rodovia e incendiaram pneus. Neste momento, um helicóptero que sobrevoava o local atirou gás de efeito moral, sendo que os manifestantes também se queixaram de tiros com balas de borracha.

Foi necessário que o Corpo de Bombeiros de Passo Fundo se deslocasse até a rodovia para apagar o fogo nos pneus. Em determinado momento, dois homens utilizaram tratores para interromper a passagem da caravana. Eles interromperam a passagem no entroncamento da BR 285 com a ERS 324. Segundo a Brigada Militar, a polícia efetuou a prisão de um dos homens que realizou o bloqueio por desacato e desobediência. O segundo acabou fugindo. Os tratores foram retirados pelos próprios manifestantes.

## Anexo II – Matéria veiculada no jornal O Nacional

### **Protestos impedem chegada de Lula a Passo Fundo<sup>5</sup>**

*Manifestantes bloquearam rodovia com máquinas agrícolas e incendiaram pneus*

A preocupação de que a caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teria em Passo Fundo, a recepção mais hostil durante sua passagem pelo Rio Grande do Sul acabou se confirmando. Centenas de manifestantes contrários, se posicionaram, ainda pela manhã, na RS 324, para impedir a passagem dos três ônibus com a comitiva. Eles usaram tratores para bloquear a pista. A Brigada Militar revidou com bombas de efeito moral para dispersar o tumulto e liberar a passagem dos veículos. Uma pessoa chegou a ser detida. Diante do clima tenso, o ex-presidente Lula, que havia iniciado a caravana ontem, pela cidade de Ronda Alta, decidiu suspender o ato que estava marcado para às 13h, no centro de Passo Fundo. Ele viajou de carro, de Pontão até Chapecó, e depois seguiria a Porto Alegre em um voo executivo. À noite, participaria do último ato da caravana no Rio Grande do Sul, na cidade de São Leopoldo.

A expectativa de que o clima seria tenso ontem, já vinha se desenhando durante a semana, com uma série de manifestações de grupos contrários. Uma delas partiu de quatro vereadores de Passo Fundo que ingressaram com uma ação popular na Justiça Federal, na tentativa de impedir o ato, que inicialmente estava marcado no Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFFS), sob alegação de uso político-partidário da instituição. Mesmo o judiciário tendo indeferido o pedido, a direção da caravana resolveu transferir o ato para a Avenida Brasil, centro. A troca de mensagens, via aplicativos, entre organizadores do protesto, também apontavam para reações mais fortes.

Ainda pela manhã, os manifestantes, organizados pelo Sindicato Rural, iniciaram a concentração na RS 324, entrocamento com a BR 285. O local é um dos principais acessos a Passo Fundo. Eles estacionaram tratores e caminhões nos dois lados da rodovia. Usando faixas e cartazes, entoavam frases contra o ex-presidente. Enfileirados, aguardavam a passagem dos três ônibus da comitiva, segurando ovos, relhos, correntes e pedaços de pau. "Estamos aqui para impedir que ele (Lula) entre em Passo Fundo", disse um dos manifestantes.

---

<sup>5</sup> Matéria veiculada no jornal O Nacional, de Passo Fundo, no dia 24 de março de 2018.



A situação ficou mais tensa, por volta das 15h. Com a notícia de que a caravana estava se aproximando, proprietários rapidamente 'jogaram' os tratores para cima da rodovia e abandonaram as máquinas, bloqueando totalmente a via em ambos os sentidos. Alguns manifestantes sentaram no asfalto e começaram a cantar o hino do Rio Grande. Policiais do 3º Batalhão de Operações Especiais (BOE), jogaram bombas de efeito moral e conseguiram dispersar o grupo. Na ação, o motorista de um dos tratores chegou a ser detido. Em outro ponto da rodovia, eles espalharam pneus na pista e atearam fogo. Os bombeiros tiveram de ser acionados para conter as chamas. O trânsito permaneceu bloqueado nos dois sentidos por mais de uma hora. Um helicóptero da BM sobrevoou o local durante toda a tarde.

A espera pela passagem da comitiva se estendeu até por volta das 17h. Informações desencontradas davam conta de que a caravana estava aguardando a liberação da pista. Até que no final da tarde, o Partido dos Trabalhadores confirmou o cancelamento do ato em Passo Fundo por falta de segurança. "Lamentamos o caráter antidemocrático daqueles que não aceitam a pluralidade de ideias no campo político. Já havíamos sido informados sobre a hostilidade, mas não achávamos que seria tanto assim", disse o presidente do diretório municipal do PT, Jorge Gimenez.

### **Jornalista hostilizada**

Durante a cobertura dos protestos, na RS 324, uma Jornalista foi agredida verbalmente por manifestantes que protestavam contra a vinda do ex-presidente Lula a Passo Fundo. O presidente do Sindicato Rural de Passo Fundo, Jair Dutra Rodrigues, criticou o fato e disse que a entidade não compartilha com este tipo de manifestação.